

PERSPECTIVA EMPÍRICA DE UM SISTEMA AGRÁRIO

LUIZ FERNANDO RAPOSO FONTENELE

O Estado de Goiás, bem como o Planalto Central, devem a sua conquista e o seu ralo povoamento inicial às expedições de exploração — de caça ao índio, de localização de depósitos auríferos e de pesquisa de diamantes — e à fundação de arrais e povoados voltados para a mineração. Com o desenvolvimento da lavoura e o adensamento de uma população dedicada exclusivamente a um gênero de atividades alheio à produção de alimentos foram também surgindo, aqui e ali, alguns estabelecimentos agrícolas e pastoris cuja existência dependia da vinculação aos consumidores dos centros de mineração. Curralinho e Anápolis são dois exemplos de povoamento onde a extração do ouro ou a coleta dos diamantes interferiu apenas indiretamente na sua fundação e no seu primitivo desenvolvimento. Ainda assim, durante o período inicial ligado ao ciclo da mineração, o crescimento dos minúsculos centros urbanos e do povoamento da região ficou condicionado às vicissitudes e variações da produção aurífera — e o esgotamento dos aluviões acarretou uma crise não somente econômica, como também demográfica, pois os habitantes das frentes pioneiras de mineração demandaram, em grande número, outras regiões com jazidas em exploração.

Itumbiara surgiu sob a denominação de Santa Rita do Paranaíba, ainda no esplendor do primeiro ciclo econômico do Planalto e situava-se em ponto estratégico da estrada mandada abrir por Cunha Matos em 1824 ligando a antiga Anhanguera a Uberaba — quase na divisa de Goiás com Minas. Na época, pertencendo ainda ao município de Morrinhos, a sede da Itumbiara de hoje ficava em um ponto de passagem do rio Paranaíba, onde construíram um porto e localizaram um posto de arrecadação de rendas.

No quadro geral do declínio econômico do ciclo da mineração no Planalto, a antiga Santa Rita do Paranaíba parece haver sentido

fortemente os efeitos da crise que afetou as demais regiões. Entretanto, em virtude da sua localização excelente, encontrou meios de atenuar as conseqüências críticas da queda da mineração. Apesar de preponderar em sua economia, como atividade principal, a criação do gado — acompanhando, aliás, em linhas gerais, e economia do próprio município e das áreas vizinhas do Planalto — Santa Rita do Paranaíba se foi ajustando a um novo papel de empório comercial, servindo de centro de negócios onde principiou a florescer um tráfico de mercadorias que abasteciam os territórios mais próximos, originárias de Uberlândia ou de centros mais distantes, de onde vinham as boiadas do interior para a venda aos compradores locais ou forasteiros.

A inauguração da ponte Afonso Pena acelerou o desenvolvimento que até se fazia lentamente, e constituiu-se, mesmo, em um marco da história econômica do Município. A partir do ano de inauguração — 1909 — a travessia do rio em balsas, sempre perigosa e incerta, dependente das flutuações pluviométricas e das grandes chelas, passou a se fazer ininterruptamente.

Dessa forma, enquanto perduraram as circunstâncias decorrentes da sua posição geográfica e da conjuntura econômica, a antiga Santa Rita do Paranaíba desfrutou uma situação invejável: de um lado, como ponto forçado de entrada de Goiás, recebia através de uma estrada interestadual, um volume considerável de mercadorias que redistribuía, em carros-de-boi, por estradas precaríssimas, às pequenas vendas e estabelecimentos varejistas dos municípios e áreas circunvizinhas. Daí, a tendência a abrigar um comércio atacadista sólido e ativo, capaz de investir capitais na compra de grandes boiadas oriundas precisamente das áreas de criação dos arredores que abastecia — e de vendê-las aos centros comerciais distantes, onde, por sua vez, ia adquirir por atacado as suas mercadorias. O progresso que essa cômoda situação estimulou, refletiu-se na evolução política da região. A 16 de julho de 1909, pela lei estadual n.º 349, é promovido o povoado a vila, desmembrando-se do município de Morrinhos e constituindo-se no Município de Santa Rita do Paranaíba, efetuando-se a sua instalação no dia 12 de outubro do mesmo ano. Na divisão administrativa do país, em 1911, o município aparece com os distritos de Santa Rita de Paranaíba e Bananeiras. Em 1915, por lei n.º 518, de 27 de julho, o Governo Estadual concedeu à sede do município, os foros de cidade. A comarca de Santa Rita do Paranaíba, foi criada por lei estadual datada de 31 de julho de 1918, ocorrendo sua instalação em 1.º de janeiro do ano seguinte. Essa sucessão de datas contrasta com o longo período que o pequeno povoado viu correr, desde a sua fundação, em 1823, até à inauguração da ponte metálica em 1909, à reorganização

econômica em um segundo ciclo de caráter comercial e à elevação à categoria de Vila.

Por volta de 1923, a sede do município possuía firmas extremamente sólidas, "armazéns de grande estoque" como Borges e Irmãos e Jacynto Brandão cujo movimento anual de vendas para as zonas de criação, somente em sal, era da ordem de 15 a 20 mil sacas cada uma. Atendendo a este ativo comércio, circulavam pelas estradas e caminhos, cerca de 500 carros-de-bois para transporte de mercadorias. O aspecto que o município em seu conjunto, nessa época, deveria oferecer era, em traços gerais, o de uma sede municipal com características predominantemente urbanas onde estavam instalados os órgãos do mecanismo da administração estadual e municipal; um comércio interno, com grandes e pequenos negociantes preocupados em abastecer as áreas de criação de uma enorme variedade de mercadorias e em comprar das mesmas regiões a sua principal produção para revenda posterior — e uma zona rural muito menor que a atual, limitada à parte leste e norte do município, onde preponderava a criação extensiva do gado. As regiões centrais e ocidentais do município estavam cobertas de matas e cerrados, sem ocupação humana e interesse econômico.

O povoamento do antigo município de Santa Rita de Paranaíba que recrudescceu neste segundo ciclo, se fez quase que unicamente através da migração de colonos e negociantes de Minas Gerais ou de tradição mineira. A proximidade da fronteira, a facilidade do deslocamento, o movimento expansionista dos centros comerciais de Uberlândia e Uberaba, a natureza e dependência das relações de tráfico da atual Itumbiara com estes centros para onde convergiam, de um modo ou de outro, as expectativas de compra e de venda do comércio de Santa Rita — concorrem para que se possa dizer, sem perigo de incorrer em erro, que nesta época já se pode configurar o princípio de um movimento "colonialista" e de certa maneira "imperialista" do Estado de Minas Gerais com relação a esta parte do território goiano.

A partir de 1924, entretanto, a situação privilegiada de centro distribuidor, que a antiga Santa Rita mantinha monopolisticamente, entra em franco declínio. O emprego de caminhões de grande porte, o alargamento das estradas, vai, aos poucos, retirando à sede do município a sua posição intermediária entre os grandes centros mineiros de comércio, e os municípios criadores de gado que a antiga Santa Rita do Paranaíba absorvia. Patindo de Uberlândia, por exemplo, as mercadorias eram entregues diretamente aos clientes por meios motorizados. Rompia-se, dessa forma, a articulação econômica em que se fundamentava Santa Rita e que consistia na sua essência na exploração do eixo Minas Gerais-Santa Rita-zonas de criação, e se baseava na compra e venda de mercadorias e cabeças

de gado. Em consequência entrou em declínio o movimento do comércio da sede urbana do município. Os carros-de-bois, em quantidade apreciável, foram desaparecendo. Terminava, assim, o segundo ciclo econômico de características eminentemente mercantis.

O terceiro ciclo econômico, o atual, que vai surgir logo a seguir, organizado a partir da exploração agrícola decorre, sem dúvida, da contribuição da colonização dos mineiros, cujas experiências de plantação do arroz nos cerrados do Triângulo Mineiro, foram bem sucedidas e estendidas às zonas do Planalto. É certo que já existia, mesmo no segundo ciclo econômico por que atravessou o município, alguma agricultura. Eram, contudo, pequenas lavouras, sem expressão comercial, aproveitadas mesmo nos locais de produção, em caráter de subsistência. A introdução do arroz como lavoura comercial, inaugurando o ciclo econômico atual, se fez, ainda, lentamente, utilizando-se processos primitivos de cultivo com a enxada e a pequena folce encurvada para colheitas, como ferramentas principais. Com as plantações de arroz, vieram também as de feijão, e o incremento do milho, além dos ensaios para a produção comercial de mamona e gergelim. Assim, a exploração agrícola do município se foi realizando à custa de colonização de elementos mineiros que paulatinamente se transferiram para as novas áreas de cultivo. Tal exploração se tornou possível em consequência das experiências bem sucedidas no Triângulo Mineiro e o seu sucesso se verificou pela certeza da existência de mercados compradores de Uberlândia e Uberaba. Entretanto, até 1953 ou 1954, o município não figura nas estatísticas como grande produtor, no conjunto geral das diversas regiões do Estado. (1)

As dificuldades com o problema da mão-de-obra cuja transferência e fixação não se fazia no ritmo compatível com o desenvolvimento da produção e cuja situação era instável, entre as épocas cruciais do plantio e da colheita, concorreram para a primeira tentativa de mecanização da lavoura em 1945. Bem sucedida, foi aumentando rapidamente o número de tratores e implementos agrícolas de tal modo que, hoje em dia, o município abriga a maior concentração da maquinaria agrícola de todo o Estado de Goiás.

Até 1950 o arroz colhido era todo ele exportado para Uberlândia ainda em casca. A partir desta data, principiou a instalação, na sede municipal, mesmo, das máquinas e usinas de beneficiar cereais em um movimento que envolvia principalmente a transferência de máquinas de firmas de Uberlândia, a fundação de filiais de firmas do Triângulo Mineiro, e a criação de novas indústrias. A partir de 1954, entretanto, verificou-se o impulso sem precedentes no Município

(1) Por efeito do Decreto-Lei estadual n.º 8 305, de 31 de dezembro de 1943, o município de Santa Rita do Paranaíba, bem como a sua comarca, passaram a denominar-se Itumbiara.

de um desenvolvimento cuja base repousou na agricultura e principalmente na produção sempre crescente de arroz, mas que um conjunto de circunstâncias felizes concorreu para acelerar e precipitar. A abertura de estradas ligando o Planalto às diversas regiões do Brasil foi o fator mais saliente dessa nova situação.

As estradas para o nordeste, trazem especialmente na época das secas, caminhões carregados de mão-de-obra, um contingente humano, aparentemente inesgotável e que assegura, ainda que de modo potencial, a abertura sistemática de novos campos de cultivo. As estradas que demandavam o norte até Brasília, Uberlândia e mais além, até o Rio de Janeiro, garantem de certa forma o escoamento de uma produção cada vez mais volumosa. O aperfeiçoamento dos veículos motorizados a seu turno e o número de viaturas vincula-se satisfatoriamente à facilidade das vias de comunicação. A instalação de casas bancárias, de financiamento das próprias usinas de beneficiamento e recentemente da nova agência do Banco do Brasil cuja carteira agrícola e industrial mantém um movimento de considerável intensidade, facilitou, também, a aquisição de máquinas, de novos lotes e estimula aos ciclos anuais da produção. A promessa de um fornecimento de energia elétrica abundante com a construção da usina da Cachoeira Dourada, deverá libertar a sede do município da atual forma de energia e possibilitar o aumento imediato da sua produção industrial.

Atualmente a cidade de Itumbiara encontra no desenvolvimento do município novas formas de crescimento, que, guardadas as proporções, reeditam aquela posição característica, do segundo ciclo, de centro de negócios, de local para onde é encaminhada a produção, de onde saem os créditos, e onde se situam as principais casas de atacado. Entretanto, como se verá mais adiante, esse novo período de expansão e de aglutinação das forças econômicas e sociais do município tem um aspecto diverso da fase anterior e reside justamente na pujança e na capacidade de desenvolvimento das áreas rurais.

Em consequência dessa série de fatores favoráveis que convergem para a agricultura e para o cultivo do arroz, desenvolveram-se novas áreas de lavoura no município, desbravando-se a sua parte central e ocidental, à medida que a parte leste, onde se iniciou a introdução do arroz, pela exploração impleiosa do solo, entrou em declínio e já iniciou um quarto ciclo econômico, através do reagrupamento das antigas propriedades eminentemente agrícolas em latifúndios de criação de gado e onde ainda existe uma agricultura de arroz de qualidade mais pobre.

Até onde irá esse surto espetacular de "progresso", em que linhas se vem efetuando, que aspectos principais apresenta, quais as

condições econômicas e sociais mais importantes, atualmente, no município, constituem uma realidade que procuraremos configurar nos capítulos seguintes.

II — O Panorama Geográfico da Região

O Município de Itumbiara situa-se no Estado de Goiás, ainda no Planalto Central, ao sul da região que pelas suas características florestais se convencionou chamar o “Mato Grosso de Goiás”. De um certo modo, ela é ainda portadora de alguns aspectos fisiográficos que a aproximam extremamente do panorama típico da área que valeu o nome de “Mato Grosso”, exprimindo, dessa forma, o seu sentido de “zona de mata”.

No conjunto do Planalto Central, enquanto a parte norte do Estado e do “Mato Grosso” apresenta um relevo mais acidentado decorrente da erosão dos afluentes do Tocantins, a área de Itumbiara localiza-se em regiões de elevações mais suaves “devido ao fato de os afluentes do Paranaíba correrem em um nível mais elevado e por isso não terem dissecado muito a superfície do Planalto. Os afluentes do Paranaíba, dos quais os principais são o Meia Ponte e o Rio dos Bois, apresentam um curso mais suave e menos encaixado; este fato está ligado à maior distância do nível de base geral”. (2)

Considerando-se o problema da constituição geológica de um modo amplo, se pode dizer que na região há uma variedade grande de rochas, desde as eruptivas básicas — como o diorito e o gabro e também vários tipos de gneisses básicos, que aliás são as rochas mais freqüentes, até mecachistos e filitos, já fora da área das matas. Aí, muito raramente, aparece o capeamento sedimentar que recobre grande parte do Planalto Central.

A passagem dos gneisses bióticos arqueanos para os filitos e quartzitos sercíticos alconquianos se faz por uma faixa intermediária constituída de muscovita-gneisses e muscovitachistos, segundo afirma Othon Leonardos. (3). O biotita gneisse dá solos vermelhos e férteis onde se observa a mata, ao passo que o muscovita-gneisse origina solos arenosos e esbranquiçados, muito menos férteis. Neles a vegetação encontra condições muito inferiores e dificilmente a mata devastada consegue se reconstituir. Frequentemente a vegetação original já é “campo cerrado” ou mesmo “cerradão”. Além disso, “os solos férteis são o resultado da decomposição de rochas eruptivas básicas, como gabros, dioritos, antibolitos e de alguns tipos de gneisses muito básicos”. (4)

(2) Speridião Faissol, O Mato Grosso de Goiás, I.B.G.E. — Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1952, pág. 11.

(3) Othon Leonardos, Geologia do Brasil, pág. 98.

(4) Speridião Faissol, op. cit., pág. 8.

Na opinião do prof. Faissol, portanto, os solos resultantes da decomposição das rochas eruptivas básicas (gabros, dioritos gneisses, gábricos, dioríticos ou biotíticos) são os mais freqüentes na região. Estes solos correspondem a dois modelos principais na classificação e na correspondência aos tipos de cobertura vegetal: o solo do campo e o da mata. Como é fácil concluir, o solo da mata é, geralmente, considerado bom para a prática da agricultura, em oposição ao solo do campo que se presta mais para a criação extensiva de gado. Em torno da contextura e da sua utilidade gira, muitas vezes, a explicação para as principais atividades econômicas da região. Ainda assim, o solo da mata está sujeito a gradações apreciativas ligadas à sua qualidade, definindo-se em "solos de cultura de primeira", "cultura de segunda" e até mesmo "de terceira" — e que influem consideravelmente na ocupação humana e na distribuição populacional da região. Verificou o prof. Faissol que os "solos de cultura de primeira", correspondem "a tipos de vegetação florestal de porte elevado, com solos levemente alcalinos ou neutros, ricos em humos e com boas qualidades físicas e químicas esgotantes". (5). "A cultura de segunda corresponde um segundo tipo de vegetação florestal, de solo com tendência para ácido, com menor teor de humos, mais seco e, aparentemente, mais facilmente esgotável". (6)

A origem dos "cerrados", entretanto, que cobrem a maior parte do município de Itumbiara, continua para nós um enigma. Por falta de dados e do auxílio de pessoal especializado, ficamos na impossibilidade de afirmar se a sua existência é proveniente das formações de arenitos cretáceos ou se a vegetação constitui uma fase de decrepitude da mata inicial já devastada.

Ainda dentro das limitações técnicas de material e permanência de observação, é possível afirmar obviamente ser a chuva o elemento principal do clima da região, "que mais de perto influi na sua vida". A análise dos dados pluviométricos extremamente escassos, revela uma variação na distribuição anual da pluviosidade, estabelecendo-se segundo a quantidade total, da queda de água, períodos climáticos bem delimitados e característicos: uma estação chuvosa entre outubro e abril e uma estação seca nos meses compreendidos entre maio e setembro, com espaços de transição entre a estação chuvosa e a seca nos meses de outubro a abril. Segundo os estudos do prof. Faissol, "a diferença entre as duas estações é bem expressa pela quantidade de chuva caídas entre outubro e abril, que é quinze (15) vezes maior que na estação seca (o total anual é sempre inferior a 2 000 mm); esta diferenciação atua fortemente sobre a vegetação e entre as atividades econômicas.

(5) Speridião Faissol, op. cit. pág. 8.

(6) Speridião Faissol, op. cit., pág. 23.

Nas atividades econômicas, a influência da distribuição das chuvas se faz sentir mais intensamente na agricultura: a plantação se faz no início da estação chuvosa (quase sempre depois da primeira chuva, quando a terra já está um pouco umedecida) e as colheitas são feitas no fim da estação, quando a chuva não mais prejudica. Por isso são escolhidos apenas alguns produtos que melhor se adaptam a estas condições, o que explica a extraordinária predominância do milho e do arroz entre os produtos agrícolas. (7)

Enquanto o aspecto pluviométrico se apresenta uniformemente, em quase todo o Planalto, particularmente na área do "Mato Grosso", a temperatura se modifica em função da altitude sempre variável e das massas frias provenientes do sul, que demandam a Amazônia e que acarretam bruscas quedas das colunas dos termômetros, denominadas de "friagem", principalmente nos meses de maio, junho e julho.

Vinculado ainda ao clima e à pluviosidade — à existência de água utilizável na agricultura e na pecuária, portanto existe ainda a particularidade do destino e da formação dos lençóis líquidos subterrâneos, que com a porosidade dos solos desempenham papel relevante na exploração econômica da região (8). "Em geral existe muita água subterrânea que alimenta os solos que retêm uma quantidade de água suficiente para alimentar uma floresta." (9)

O atual Município de Itumbiara, confronta-se com os municípios golanos de Buriti Alegre, Quirinópolis, Golatuba, Panamá, Rio Verde, de um lado, e de outro, com o Estado de Minas Gerais — através de divisas naturais constituídas pelos Rios Paranaíba, dos Bois, Meia Ponte e Ribeirão Mendes.

A sede Municipal encontra-se a uma altitude de 320 m e o município apresenta variações topográficas, que de modo geral não ultrapassam 600 metros. A área do município é calculada em 3 750 quilômetros quadrados e concentra uma população de cerca de trinta mil habitantes, que se distribuem pela sede, pelos dois núcleos urbanos de Cachoeira Dourada e Sarandi e pela área rural.

Como se pode notar no mapa, anexo, o município é cortado pela BR-14 que conta no trecho Golano — Itumbiara — mais de 150 quilômetros asfaltados e que se prolonga até Uberlândia em asfalto, ligando-se ainda a Brasília e Anápolis, no trecho Goiânia-Brasília, por estrada igualmente asfaltada.

O exame do mapa revela a divisão do município em áreas de exploração agrícola antiga e recente e em subáreas, cujas denominações correntes são convencionadas por todos os moradores. Desse modo, se pode entender o município em termos muito gerais como

(7) Speridião Faissol, *op. cit.*, pág. 23.

(8) Speridião Faissol, *op. cit.*

(9) Speridião Faissol, *op. cit.*

um território compreendido entre a divisa com o município de Buriti Alegre e o Rio Santa Maria, com uma zona já intensamente empregada na agricultura, cujo cultivo de arroz ainda existente é reduzido e de produção relativamente pequena. Essa zona que apresenta denominações de subáreas como a "Zona de Vazante", o "Bom Jardim" e a "Posse", é antes de mais nada uma região de criação de gado, onde as antigas propriedades agrícolas se vão reagrupando em latifúndios criadores de gado e áreas de pasto. É aí que está concentrada a maior parte do rebanho de gado e onde se localizam as maiores propriedades em extensão do município.

O processo atual de transformação de zona de produção agrícola em estado de exaustão para área de pecuária — devendo-se sempre remarcar que esse território foi o que primeiro assistiu ao desenvolvimento da lavoura rizícola — se faz através, principalmente, da inversão de grandes capitais na compra de territórios em franca decadência, pertencentes a proprietários agrícolas. Essas compras globais que aglutinam as propriedades de média extensão, passam a formar os latifúndios pastoris, onde continua a haver um contínuo investimento de capitais na aquisição de matrizes e gado selecionado e na edificação de casas residenciais de construção, comparável, somente, às melhores moradias do perímetro urbano da sede municipal. Até onde nos foi dado observar, essas residências são exceções de conforto e boas instalações nessas solidões de populações ralas e disseminadas.

O regime de trabalho e a organização da propriedade com base na exploração da pecuária independentemente do emprego de pessoal numeroso, bem como o esgotamento da terra e a sua atual incapacidade para a agricultura, são, obviamente, as duas causas principais para o despovoamento dessa parte do município. O mecanismo da "expulsão" dos antigos moradores — que vendem as suas propriedades e se transferem para as novas áreas de desmatamento e cultivo — se faz, em sua essência, pelo desenvolvimento mesmo da pecuária, pela queda do rendimento agrícola, pela aglutinação das médias e pequenas propriedades em um único conjunto territorial. Neste novo esquema de exploração econômica, a redução da mão-de-obra e a substituição do numeroso pessoal entregue às tarefas agrícolas, por apenas um capataz especializado e alguns peões com as suas famílias, são os fatores mais salientes na modificação das relações de produção. Parece existir, de fato, uma simplificação dessas relações, através da extinção de determinadas funções e situações sociais como o desaparecimento de arrendatários e meeiros — para subsistirem apenas o grande proprietário e o assalariado, que toma a forma tanto do capataz, como do peão.

É possível reconhecer, portanto, na modificação dos métodos explorativos e da reformulação da chamada "estrutura agrária", o

aparecimento de novas constelações de comportamento e de atitudes divergentes daquelas que prevaleciam anteriormente. Sem dúvida, no conjunto das relações diádicas entre proprietário e empregado, persistem alguns aspectos que considerados isoladamente pareceriam análogos ao do sistema agrícola. O capataz e o peão, por exemplo, vivem com suas famílias em casas cedidas pelo proprietário — casas, em geral, de material de construção, se forem comparadas às das zonas agrícolas. Esse pormenor da cessão de casas ao peões, semelhante, na aparência, à entrega de uma moradia ao meeiro agrícola, em verdade, faz parte de um sistema de relações inteiramente diverso. O peão, cuja casa de alvenaria e telha possui, muitas vezes, luz elétrica e água encanada, é fixado ao lado da residência senhorial do grande proprietário. Seus encargos são aqueles ligados unicamente à prestação de serviços, de contrato pessoal de proprietário a peão ou capataz, de remuneração fixada ao mês, e de laços que independem de atitudes que envolvam uma fixação grande à terra — relações que excluem uma vinculação a fatores permanentes de estabilidade e passíveis de rompimento desde que se alterem os elementos de equilíbrio da relação patrão-cliente. O contrato de trabalho entre o proprietário e o peão, por exemplo, geralmente estipula de um lado a prestação de serviços de natureza repetitiva, e, de outro, a obrigação do pagamento de um salário mensal oscilando entre 4 a 6 mil cruzeiros, além do fornecimento de um prédio de residência e dos mantimentos ao grupo familiar.

As relações entre proprietário agrícola e meeiro, que examinaremos mais detidamente adiante, envolvem a cessão de uma casa e de uma extensão de terreno para o cultivo, mas convergem para a terra e apesar de reportarem finalisticamente em contratos de partilha da produção são traduzidos sempre por laços que ligam o proprietário à terra e a terra ao meeiro. O modo como se conduz o meeiro, a sua disposição doméstica, interessam menos ao proprietário agrícola, do que os rendimentos de suas safras. Existe um vínculo mais estável entre o meeiro e a terra, ou melhor, ao ciclo do plantio e da safra que se desdobra por meses e meses — e que requer expectativa, responsabilidade e esforço que não pode ser rompido abruptamente.

A criação do gado, é encarada, todavia, especialmente pelos proprietários agrícolas, como a atividade estável por excelência — confundindo-se a solidez econômica dos grandes criadores que, em sua maioria, possuíam capitais para investir na compra de gado, terras e implementos, com a tranqüillidade dos negócios sempre vantajosos — sem a ansiedade das secas desastrosas ou das grandes chuvaradas. De acordo com as informações colhidas em 31 de dezembro de 1959 existiam no município, concentrados especialmente nesta área, cerca de 61 600 cabeças de gado bovino, além de 7 067 de equinos. O Dr.

Flávio Lima, em suas observações, constatou aí a natureza dos solos "em geral sílico-argilosos, de cor rosada, próprios ao cultivo de gramineas forrageiras".

As segunda e terceira "grandes áreas" do município, dedicadas quase exclusivamente à agricultura, são as chamadas zonas do "Meia Ponte" — situada entre o rio Santa Maria e o Meia Ponte e a "Campanha", entre o Rio Meia Ponte e o Rio dos Bois. Existem também as subáreas regionais como a "zona do Rio dos Bois", do "Paranaíba", do "Campo Grande" etc. ... dentro dessas "grandes áreas". "É nesta região, escreveu o Dr. Flávio Lima, que se encontram os solos mais férteis do município, especialmente às margens dos rios Paranaíba, Meia Ponte e dos Bois. São em geral sílico-argilosos, mas existem grandes manchas de terreno argilo-silicosos e formações diabásicas (terras roxas) às margens do Rio Paranaíba. A cobertura destes solos é do tipo "mato cerrado". Os cerrados ocupam mais de 85% da área do município, mas se distinguem de outras regiões do Estado cobertas por este tipo de vegetação, pela maior fertilidade dos que ali existem, e pela sua coloração escura. É neste tipo de solo que se encontra o maior número de culturas de arroz e milho, do município".

"O mau uso da terra agrícola, tem sido um dos fatores mais importantes na diminuição do rendimento de cultura", disse o Dr. Flávio Lima em seu relatório. "O fenômeno da erosão se faz presente na maioria das lavouras de arroz e os estragos causados pelo referido agente são patentes e fáceis de observar. Elevadas precipitações aliadas à natureza do solo (sílico-argilosos), terras leves e soltas, fazem com que embora a topografia não seja muito acentuada, a erosão venha num futuro próximo constituir um dos mais sérios problemas à cultura. Nenhuma prática de conservação do solo tais como plantio em nível, cordões em contorno, terraceamento, rotação de cultura, tem sido utilizada; mais pela falta de assistência do que pela ausência de compreensão da parte rizícola", conclui ele.

O povoamento na segunda e terceira "grandes áreas" se mostra de forma densa em propriedades de menor extensão e casas de moradia de construção muito inferior à da primeira "grande área". O exame do panorama demográfico do município, revela, além disso, que a área mais ocidental da "Campanha", mostra também um povoamento mais ralo — superior, entretanto, à da área de pecuária — e um conjunto de propriedades agrícolas ligeiramente mais extensas que as propriedades da região do "Meia Ponte", porém sempre inferiores em tamanho às da área de pecuária.

Desse modo se pode concluir que, em termos demográficos, existe um território na parte oriental do município apresentando fraca densidade de população, uma concentração muito grande de habitantes na zona central e que vai diminuindo lentamente para a re-

gião ocidental, sem contudo atingir os baixos coeficientes da extremidade oriental. A variação da extensão da propriedade também é apreciável da área de pecuária com os latifundiários pastoris — para a região central de grande adensamento de população, onde o tamanho se reduz consideravelmente para crescer ligeiramente a ceste.

No cômputo estatístico, independentemente da situação geográfica, as propriedades, tanto agrícolas como pastoris, acham-se, quanto à extensão, assim distribuídas (segundo um levantamento especial efetuado pelo I.B.G.E., há dois anos atrás):

QUADRO — I

Grupo de áreas (ha)	Quantidade	%
Menos de 50	103	13,7
de 50 a 100	136	18
de 100 a 200	173	23
de 200 a 300	92	12,2
de 300 a 500	115	15,3
de 500 a 1000	89	11,8
de 1000 a 2000	31	4,1
de 2000 a mais	14	1,9
T O T A L	753	100.0

Fonte: I.B.G.E.

O quadro acima, evidentemente desatualizado, ilustra, entretanto, uma tendência para o desenvolvimento de “pequenas” propriedades de menos de 500 hectares — o que já é surpreendente se considerarmos o tamanho médio das propriedades no Estado. Se incluímos, em nossas conjecturas, além disso, que a maioria das propriedades mais extensas deve estar incluída nas atividades de criação de gado da área oriental, poderíamos chegar à conclusão de que o grande volume de propriedades agrícolas tem extensão menor de 500 hectares. Para a configuração do aspecto da chamada estrutura agrária relacionado à posse da terra, todavia, estas conclusões são insuficientes pela falta de um quadro estatístico do número de proprietários, ou da extensão de território efetivamente dominado. Por falta de tempo, infelizmente, as pessoas encarregadas do levantamento estatístico não obtiveram dados suficientes para a elaboração de um quadro, de proprietários, que confirmasse aquela tendên-

cia observada no Quadro I. Dessa forma, fundamentados apenas na distribuição relativa da extensão das propriedades não nos é possível definir com certeza a área de Itumbiara como uma zona de pequenos proprietários — por ignorarmos justamente se aquelas propriedades tabuladas estão concentradas em mãos de um número relativamente reduzido de proprietários e senhores rurais. O que nos é lícito presumir, estribados somente no que nos foi possível coletar através de técnica de entrevistas e de uma reduzida observação participante é que existem propriedades agrícolas de tamanho menor (especialmente na região central do município) pertencendo a indivíduos isolados e que haja também grupos de propriedades, geograficamente separadas ou não, de um único proprietário.

Como já foi dito no capítulo I, o município atravessa um recente e extraordinário surto de progresso econômico em conseqüência da plantação de cereais e leguminosas e, de modo especial, do arroz. Essa profusão pode ser bem apreciada nos dados e estimativas de 1957, 1958, 1959 e 1960. (Vide quadro II).

QUADRO II

ANO	PRODUTO	ÁREA (ha)	Produção (sacas de 60 kg)	
			R e a l	Estimativa
1957	Arroz	39 838	1 235 000	—
	Milho	14 090	366 000	—
	Feijão	2 045	45 000	—
1958	Arroz	46 685	840 330	1 400 550
	Milho	19 120	530 000	535 360
	Feijão	2 318	50 500	50 996
1959	Arroz	58 356	1 027 070	1 517 256
	Milho	19 120	532 000	535 360
	Feijão	2 000	10 000	44 000
1960	Arroz	64 191	—	1 540 584
	Milho	24 856	—	745 680
	Feijão	—	—	—

“O milho constitui a segunda cultura em importância, representando interessante fonte de receita para o município, sendo o elemento preponderante na criação e engorda de suínos”, afirmou o Dr. Flávio Lima. “Os riscos tão comuns na cultura do arroz não existem praticamente na cultura do milho. A introdução de sementes híbridas deste cereal, tem tido um papel importante no aumento do

rendimento desta gramínea. Os solos cultivados com milho são mais exigentes que aqueles usados para o arroz. As terras de cerrados, em geral, não produzem safras compensadoras, a não ser, nos dois primeiros anos.”

“O rendimento médio de uma cultura de milho no município, é de 120 sacas de 60 quilos para as variedades comuns e de 180 sacas para as variedades híbridas.” Com referência ao custo da produção, o Dr. Flávio Lima procedeu a investigações que o conduziram à elaboração de uma tabela transcrita abaixo.

CUSTO DE PRODUÇÃO

O custo da cultura de milho na região é o seguinte:

OPERAÇÕES	CUSTO ANUAL (Por alqueire 4,84 ha)
	Cr\$
Destoca (considerada em 4 anos)	5.000,00
Limpeza do terreno	2.000,00
Fechamento da lavoura (considerada em 4 anos)	3.400,00
Aração e gradagem do solo	8.000,00
Aquisição de sementes (2 sacos)	1.400,00
Plantio	1.500,00
3 carpas de Cr\$ 3.000,00 cada	9.000,00
Colheita de 150 sacos a Cr\$ 20,00 por sacco	3.000,00
	<hr/> 33.300,00

CÁLCULO DA RENDA LÍQUIDA

	Cr\$
Renda bruta — 150 sacos a Cr\$ 200,00	30.000,00
Despesas	16.500,00
	<hr/>
Renda líquida	13.500,00

O milho obedece, como o arroz (como veremos mais adiante), um período agrícola em que as operações se distribuem pelos seguintes meses:

MILHO

<i>Operações</i>	<i>Época</i>
Destoca e limpeza do solo	Abril, maio, junho, julho e agosto
Fechamento da roça	Julho, agosto e setembro
Aração e gradagem do solo	Julho, agosto e setembro
Plantio	Outubro e novembro
Carpas	Novembro, dezembro e Janeiro
Colheita	Maio e junho

	Cr\$
Renda bruta — 150 sacos a Cr\$ 300,00	45.000,00
Despesas por alqueire	33.300,00
	<hr/>
Renda líquida	11.700,00

Observação: Este rendimento líquido pode ser elevado no caso de terrenos já destocados há vários anos quando o custo desta operação, bem como o referente à limpeza do solo, deixam de figurar nas despesas do custeio.

Neste caso a renda líquida ascenderia a Cr\$ 18.700,00 por alqueire geométrico (4,84 ha).

Como em geral a cultura do milho praticada em consorciação com a de feijão torna-se compensadora.

A esta produção de milho está associada, como já dissemos, a criação de suínos e aves. Em 31 de dezembro de 1959, era assim calculada a quantidade de suínos e aves no município:

	<i>Cabeças</i>
Suínos	58 800
Galinhas e frangos	133 000
Patos	15 000
Perus	440

O feijão, terceira produção do município, é encontrado “como uma cultura complementar do milho, associado a este por ocasião do final do ciclo evolutivo do milho”. Excepcionalmente, nota-se o cultivo de feijão das águas sem a consorciação do milho (plantio em

outubro para colher-se em janeiro). Geralmente esta leguminosa é plantada em começo de fevereiro, quando o milho está já quase seco.

RENDIMENTO DA CULTURA

O rendimento médio de uma cultura de feijão no município é de 20 sacos de 80 quilos por alqueire (4,84 ha).

CUSTO DE PRODUÇÃO

O quadro da página seguinte, esclarece devidamente o assunto.

<i>Operações</i>	<i>Custo anual por alqueire 4,84 ha.</i>
Janeiro — preparo do solo	3.000,00
Fevereiro — aquisição de sementes	3.000,00
Fevereiro — plantio	1.500,00
Março — uma carpa	3.000,00
Maior — colheita	4.000,00
Maior — aquisição de sacaria	1.000,00
Junho — transporte para os armazéns a Cr\$ 50,00 por sacco	1.000,00
Custo	16.500,00

Seguem-se, em ordem decrescente, outros produtos menos importantes:

QUADRO III

Produto	Unidade	1959		1960	
		Área (ha)	Produção	Área (ha)	Produção
Abacaxi	Fruto	95	950 000	100	1 000 000
Algodão	Arroba	100	6 600	130	7 100
Banana	Cacho	—	422 000	—	—
Café	Arroba	78 000 (1)	3 900	118 000 (2)	5 900
Cana	Tonelada	40 (3)	2 000	40	2 000
Gergelim	Tonelada	10 920	1 965,6	—	—
Laranjxa	Cento	12 000 (4)	51 600	12 000 (5)	51 600
Mndioca	Tonelada	741	11 115	741 (6)	11 115

(1 e 2) — pés; 260 000 e 250 000 pés novos, respectivamente.

(3) — 40 hectares novos.

(4 e 5) — pés; 2 000 e 5 500 pés novos, respectivamente.

(6) — 815 hectares para 1961, com 12 225 toneladas de produção.

O PERÍODO AGRÍCOLA DO ARROZ

Como se pode facilmente constatar, pelos quadros expostos, o cultivo dos cereais e, sobretudo, do arroz, constitui uma atividade dominante, uma fonte quase exclusiva de rendas, uma preocupação constante que envolve e caracteriza a vida do município.

O arroz é o traço marcante, que se associa na memória de todos, à própria lembrança da região. "Itumbiara é arroz", a "força aqui é no arroz", "tudo aqui é arroz". A idéia do arroz como instrumento de comércio predomina universalmente, e o seu significado no mecanismo dos negócios é avassalador. É suficiente registrar que o valor da produção em 1957 de arroz pode ser traduzido, em números redondos, em 494 milhões de cruzeiros, enquanto a segunda grande produção do município, o milho, atingia apenas a cifra de 40 milhões e 260 mil cruzeiros. Por este motivo, o pensamento, de todos os moradores do município está constantemente voltado para o arroz e a todo o conjunto de circunstâncias e vicissitudes que se relacionam a ele; os problemas do cultivo, do financiamento, dos mercados, dos preços, da mão-de-obra.

"O sistema de cultivo rizícola é conhecido com a denominação de sequeiro, isto é, depende quase que exclusivamente das precipitações pluviométricas", disse o Dr. Flávio Lima. "As principais atividades cultivadas são conhecidas com as denominações de "Pratão", "Amarelão", "arroz de 120 dias", "ferrão preto" etc. Dentre estes se sobressaem, pela qualidade, as variedades "Pratão" e "Amarelão".

O arroz obedece a um ciclo no período agrícola que principia pelo preparo do solo — a partir, normalmente, dos fins de maio e atinge até outubro. A preparação do solo envolve operações como a aração, o "fechamento da roça" e a gradagem ou destorroamento que precedem imediatamente o plantio e que requerem o emprego dos arados, de máquinas e implementos. O plantio principia ainda em outubro e chega até os meados de dezembro. Seguem-se o tratamento das plantações, com as capinas, e a colheita, que se estendem de março a abril do ano seguinte.

O período agrícola, como se viu ligeiramente, registra épocas de atividade intensa — com o emprego de variada maquinaria e quadras de relativa inércia. O preparo do solo, por exemplo, envolve o uso de tratores, enquanto o pessoal não especializado é pouco numeroso. O plantio, por outro lado, requer o lançamento de instrumentos como a plantadeira e de grande cópia de mão-de-obra não especializada ou apenas conhecendo os rudimentos dos trabalhos agrícolas — onde se segue, geralmente, as instruções de um responsável e os princípios de um conhecimento empírico dos solos da região: "as sementes variam com a terra. Por alqueire, para terreno forte, usa uns 60 ou 80 litros de arroz. Para terra fraca, 120".

Após o plantio, em que houve um lançamento relativamente grande de pessoal, sobrevém um espaço de tempo de inação física e de viva ansiedade em relação aos fatores atmosféricos. O emprego de reduzida mão-de-obra usando apenas enxadas para as capinas, “duas ou três capinas se o terreno for novo, quatro ou cinco, se for praguejado” — ou de carpas, resumem os esforços desta temporada. Entretanto, o que caracteriza esta época crucial de crescimento do arroz é o seu “emborrachamento”, na “época perigosa”. Os dez ou vinte dias que o arroz leva para “emborrachar”, constituem, em verdade, o período vital em que se joga a sorte da safra.

“O arroz de quatro meses, emborracha em três, e o de cinco emborracha em quatro. No “emborrachamento”, a plantação requer vorazmente uma abundância de água maior que nas demais frações do período agrícola, de maneira que “fevereiro”, se vier um veranico de vinte dias, o município ajoelha. Todos os esforços passados e previsões futuras estão assim, indissolúvelmente ligados à época do “emborrachamento”, que satisfatoriamente ultrapassada garantirá uma vasta colheita”. Desta forma, a preocupação, os olhares ansiosos para o céu nas madrugadas, a angústia das manhãs enevoadas que prefiguram um tempo firme de sol causticante para todo o dia resumem a aflição de milhares de habitantes impacientes. As estimativas contidas no quadro II, relativas aos anos de 1958 e 1959, sugerem a importância da água — no caso de Itumbiara, da própria chuva, para o arroz no período do “emborrachamento”. Apesar da expansão da cultura e dos investimentos maciços no cultivo do arroz, a produção cresceu ligeiramente, apenas, em virtude da ausência de chuvas na ocasião própria. “Depois que dá cachu, não tem mais perigo”, o arroz amadurece e com o sol “chega até mais depressa”.

A safra, quando o período agrícola do arroz atinge o seu final, é a época de paroxismo de trabalho, do emprego conjunto e global de homens e máquinas. “A gente recorre aos vizinhos, vai buscar gente no Araguari, compra caminhões de pau-de-arara.” “Fica na colhedeira dia e noite, no escuro, no sereno, na chuva, no frio.” O arroz colhido vai sendo empilhado, “põe na pilha e bate”, e finalmente ensacado.

O período agrícola — o primeiro capítulo do processo econômico do arroz — representa um aspecto da estrutura social do município, em que são reconhecidas determinadas relações entre grupos de indivíduos diferentemente situados nas diversas camadas sociais e exercendo papéis econômicos distintos. Existe, aparentemente, uma superposição de grupos que se podem distinguir como proprietários, arrendatários, meeiros e assalariados ou peões.

Como já foi visto anteriormente no desenvolvimento dos ciclos econômicos por que atravessou o município, o que caracteriza o ci-

clo atual é a introdução e a rápida propagação da agricultura, especialmente do arroz. Este rápido incremento se deu, em grande parte, através da experiência e da colonização de elementos pioneiros do Estado de Minas que acentuaram uma tendência, já observada desde o segundo ciclo, de prolongamento cultural das áreas mineiras a esta parte do sul de Goiás, ao aumento da produção rizícola e correspondeu a um afluxo maior de colonos e ao desbravamento de novas regiões. São estes, elementos mineiros e goianos de tradição mineira, na sua grande maioria, os representantes dos grupos atuais, de proprietários do município.

A organização da camada de proprietários agrícolas se deu ainda no segundo ciclo com o deslocamento e a instalação de colonos, agricultores e negociantes que se radicaram no município e que, principalmente engrossados pelas constantes ondas de pioneiros do terceiro ciclo, encontraram terras incultas ou a preços extremamente acessíveis. A disponibilidade, a facilidade da ocupação, desbravamento e aquisição de terras, o caráter de permanência desses pioneiros que constituíam também o veículo de introdução e desenvolvimento da agricultura em geral e da rizicultura em particular, são os fatores iniciais mais importantes para a compreensão do surgimento de uma camada de proprietários agrícolas.

A esta camada de formação incipiente se foram juntando outros grupos — à proporção que a agricultura se desenvolvia rapidamente e que os preços das terras ascendiam de forma surpreendente. Os negociantes passaram a aplicar as suas rendas na aquisição de terras. Os novos componentes das correntes migratórias de Minas que convergiam e ainda convergem para Itumbiara encontraram, então, no encarecimento do preço da terra, um novo elemento de ação seletiva poderosa na composição dos grupos de proprietários. Agora, também, o desembolso de um capital vultoso se fazia obrigatório para a posse indiscutida da terra. Dessa forma, após a organização inicialmente simples do grupo de proprietários, aumentou a complexidade da sua composição, pela inclusão de indivíduos dispendendo de capitais que provocaram revenda de terras pela oferta de dinheiro. Outros, ainda, instalando-se sem recursos, através das suas poupanças, foram amealhando quantias que passaram a investir em terras e a incluir-se também no grupo de proprietários. O desenvolvimento das indústrias da cidade de Itumbiara, e das casas de negócios, além das profissões liberais e das atividades administrativas e burocráticas, além disso fez surgir grupos de urbanitas que adquirem terras na área rural e que se comportam como senhores rurais.

Já se vê, desta forma, que na atualidade o preço da terra funciona como filtro que vai selecionando a corrente mineira migratória que se fixa em Itumbiara. Quem não consegue capital para iniciar-se como proprietário, procura de um modo ou de outro econo-

mizar dinheiro ou obter financiamento para adquirir lotes produtivos.

O desenvolvimento das lavouras de arroz, entretanto, impõe o aumento do número de braços, pelo menos em determinadas épocas do período agrícola. Deste modo, apesar de estar vedado, por um lado, àqueles indivíduos desprovidos de capital ou sem oportunidade para obter financiamento, o estabelecimento na região, sob a forma de proprietários agrícolas, existem sempre condições de radicação na área rural e de exercício das atividades agrícolas, através do arrendamento das propriedades cujos donos não as utilizam diretamente, ou dos contratos de meação. "Quem não tem terra planta na dos outros."

O arrendatário, no panorama das atividades agrícolas, é quase um proprietário — e se diz muitas vezes que é uma posição intermediária anterior à aquisição de algum trato de terra. O arrendatário é aquele indivíduo que possui algum capital, embora insuficiente para a obtenção de uma propriedade. Nestas circunstâncias, ele "arrenda" terras não cultivadas pertencentes a outrem, segundo um acordo que inclui o pagamento em dinheiro ou em colheitas, e passa a ocupar a terra e a explorá-la como se fosse o seu verdadeiro dono.

O meeiro, ao contrário, habita terras de um proprietário, por cessão deste e consoante ajustes que estipulam o pagamento do terreno ocupado, as plantações a serem feitas e o tipo de participação do proprietário no empréstimo de máquinas agrícolas e de sementes. Esses ajustes variam em forma e em conteúdo segundo a situação econômica do proprietário e do meeiro, a natureza do terreno, a proximidade da sede municipal e até mesmo o grau de parentesco e desconhecimento das partes. A média de extensão de terra concedida a um meeiro é de 1 a 2 alqueires, porém a variação atinge de dois a seis alqueires.

É universal, em Itumbiara, o fato de os proprietários e arrendatários ocupando muitos alqueires de terreno, "possuam" vários meiros. O meeiro, em sua essência, é um prolongamento, sem ônus aparente, uma extensão, do trabalho do proprietário. É um meio econômico de multiplicar os rendimentos do dono da terra sem o emprego de capital na aquisição de máquinas custosas que exigem gastos para manutenção e para reparos, além das despesas iniciais de aquisição ou da amortização de financiamentos. O meeiro, ademais, não recebe salários. A sua família não é alimentada pelo proprietário. Recebe, sim, uma casa cuja construção é precaríssima, em geral na zona agrícola, em oposição às boas residências da área de pecuária que cuida e entrega como recebeu, se por acaso se transfere para outra região. O seu interesse, além disso, no rendimento do terreno é enorme, porque, com o vulto das safras, aumentam os seus lucros — e em consequência cresce a parte entregue ao proprietário.

Desse modo é possível se dizer que o meeiro, cultivando a fração do terreno que lhe foi cedida, é uma continuação dos esforços do proprietário, uma suplementação para as limitações físicas do dono da terra — possibilitando uma exploração total ou pelo menos muito superior à tarefa singular do senhor agrícola.

Uma apreciação geral das relações entre o proprietário ou arrendatário e o meeiro revela um conteúdo sempre igual baseado no caráter de permanência do meeiro — pelo menos durante o desenvolvimento do período agrícola a sua ocupação efetiva de um trato de terra que ficará “por sua conta”, na qual gozará relativa liberdade de trabalho e do qual deverá extrair uma safra a ser partilhada pelo dono das terras. Existem, por outro lado, variações sobre a extensão do terreno que ocupa, as facilidades que terá a seu dispor para o trabalho, e a parcela dos resultados dos seus esforços a ser entregue ao dono das terras. “Há proprietário aqui que só dá o terreno, a casa e a água.” “Outros dá lenha também e tira a terça do que der.” Outros procedem inversamente: “quando diz que tem meeiro, tem que dizer que fornece de tudo”. “Pro meeiro dá o destorroado, o arado, às vezes dá até a semente. Depois recebe a meia da safra.” “Agora o patrão não tá mais dando a semente.” “Há meeiro aqui que não tem dinheiro nem pra tocar a lavoura. Toma emprestado.”

Além do proprietário, do arrendatário e do meeiro, elementos estáveis na área da agricultura, existe uma outra forma de “lavourista” que desempenha funções transitórias e supre a deficiência da falta de braços nas épocas de paroxismos de trabalho. São os peões, recrutados em massa no nordeste, “comprados” nos caminhões “pau-de-arara” que se destinam mesmo a Itumbiara, ou transitam pelo município — ou ainda os raros elementos mineiros sem situação fixa. São assalariados, empregados pagos por dia de trabalho à razão de 60 a 80 cruzeiros, utilizados apenas nos grandes esforços da colheita e do plantio. Em linhas gerais, todavia, a imagem do peão é invariavelmente associada à do nordestino “pau-de-arara”, tal é o volume do contingente que esses “forasteiros” fornecem à agricultura de Itumbiara.

A situação do peão nordestino, mesmo considerada pelo observador desapaixonado que procura fugir aos critérios de valor, é inumana. O nordestino em geral emigra, tocado pela seca ou expellido pelas condições econômicas e sociais de seus Estados e procura, no sul, uma situação de maior estabilidade econômica. Entretanto, em Itumbiara, como já se viu, a estabilidade na agricultura é obtida pela propriedade da terra através da inversão de um capital inicial, por herança, pelo trabalho contínuo ou pelas poupanças. Além disso, pela organização do trabalho agrícola a estabilidade espacial, a permanência, estão vinculados a uma ocupação prolongada de um trato de terra com a família, na faina da agricultura. Existem, além disso,

as tarefas temporárias do “destocamento”, do plantio, da colheita, que não justificam o emprego de mão-de-obra senão durante a sua execução.

O nordestino, desse modo, ao chegar a Itumbiara, desembarca em um ambiente de trabalho previamente organizado e com situações econômicas e sociais definidas. Ele não possui, na esmagadora maioria das vezes, um capital mínimo inicial. Pelo contrário, a sua falta de recursos é tamanha que até mesmo a sua passagem, isto é, o lugar que ocupou no transporte e as refeições consumidas no trajeto muitas vezes já constitui um débito que é necessário saldar antes de deixar a viatura que o trouxe até Itumbiara. O seu futuro patrão, reembolsa o motorista ou o dono do caminhão e neste ato reside, na maioria dos casos, a “compra” do “pau-de-arara” — o nordestino, trabalhará por um salário estabelecido pelo futuro patrão até pagar o preço estipulado na sua passagem. Como garantia contra as freqüentes fugas, o nordestino pode ser despojado dos poucos haveres ou documentos que possui, além de ser objeto de fiscalização especial. Não há, contudo, de um modo geral, um interesse em reter o “pau-de-arara” além do tempo suficiente para os trabalhos intensos de plantio e da colheita e as tarefas extraordinárias do “destocamento”. A extrema penúria do nordestino, a sua submissão, a facilidade como aceita as imposições “que o pessoal daqui não aceitaria”, as experiências e acontecimentos fortuitos que se apreciam aqui e acolá, a disposição do próprio nordestino em emigrar, abandonando na primeira oportunidade aquelas condições em que vive a contragosto, as peculiaridades regionais da subcultura a que está vinculado, contribuem para configurar aos olhos do habitante de Itumbiara, um retrato muito pouco lisonjeiro — comparando-o mais a criaturas estranhas que a seres humanos; “o chatão mora em barracões, mora como porco no chão”... “eles são diferentes da gente. Não brigam por causa de mulhé, tira a mulhé deles, e eles não ligam. Mas se um tira um cruzeiro do outro, ele usa logo a faca”. “Eles vem desesperado, a gente boa fica por lá.” “São uns ingratos, não reconhecem um favorzinho, acham que é obrigado.” “Quando podem, foge e deixa a gente.” “Eles matam de faca, aqui ninguém usa disso... só revólver.” “Agora pra trabalho pesado, só ele.” “Pra destoca, só nordestino.”

O peão nordestino “pau-de-arara”, portanto, por um conjunto de circunstâncias, se vê envolvido em um círculo vicioso que lhe dificulta a ascensão econômica e embaraça as suas pretensões de fixação e de melhoria do “status social”. De um lado, está a sua própria incapacidade financeira, para a fixação definitiva. De outro, o conjunto de idéias estereotipadas que retratam-no como animal estranho — indigno, na maioria das vezes, da confiança indispensável para o trato de negócios, instável, como parece ser, até ocupar a po-

sição de meeiro: “são sujeitos, que vão e vem...”, “... a confiança, é tudo na condição do meeiro”. Além disso, como já se disse, a organização do trabalho agrícola prevê para o nordestino apenas ocupações episódicas, quando todo o peso das tarefas recai sobre os seus ombros — como o plantio e especialmente a colheita. Entre esses paroxismos de trabalho, contudo, há um vazão de atividades que lança ao desemprego e na penúria muitos braços antes empregados tão intensamente. “Entre a capina e a colheita, é o pior. Eles ficam por aí, a Prefeitura tem que dar comida ou trabalho, se não vão embora.”

Os grandes momentos do período agrícola, entretanto, são enfrentados graças à mão-de-obra nordestina. “Sem eles não se des-toca terreno.” “Na colheita manda buscar pau-de-arara do Rio Grande do Norte.” “A colheita se faz com eles, trabalho duro.”

O emprego de máquinas agrícolas substituiria, em condições ideais, o esforço humano. Em função dessa substituição eventual, desenvolveu-se em Itumbiara uma concentração invulgar de máquinas, graças especialmente aos empréstimos e financiamentos do Banco do Brasil, que cresceram nas seguintes proporções:

	Cr\$
1957	6.834.270,00
1958	42.235.910,00
1959	59.442.520,00

Em 1959, o número de máquinas agrícolas, entre tratores, máquinas colhedoras, arados, plantadeiras, cultivadores, ceifadores, era calculado em 1500, porém o seu emprego espetacular no Estado e mesmo no Brasil — condiciona-se mais ao problema da irregularidade do período agrícola do que ao progresso técnico da agricultura.

Itumbiara, como se viu, vivendo um período agrícola do arroz, atravessa épocas de grande intensidade de trabalho e quadras de relativa inércia. Essa desigualdade se reflete na procura sôfrega de peões nordestinos em determinados meses e no excesso, de braços, no desemprego, após a execução das tarefas cruciais. A variação observada, com os problemas econômicos que acarreta, com os contratemplos que provoca, é então contornada pela adoção do emprego maciço da maquinaria agrícola.

O problema da mecanização da lavoura, portanto, não reside, na sua essência, em uma preocupação técnica de aumentar o rendimento por unidade, nem decorre da valorização do custo da mão-de-obra, nem prende-se a uma política conservacionista do solo. Ela representa um problema palpável e imediato da variação da oferta e procura de braços em que se torna necessário ir buscar o nordes-

tino até em seu próprio Estado. A mecanização, além disso, servindo a um interesse específico, satisfazendo apenas uma situação isolada, esbarra em dificuldades consideráveis de ordem material. A primeira, é a própria aquisição da máquina, ligada intimamente à existência de capitais ou à possibilidade de financiamento. Este obstáculo preliminar, por si só, condiciona o grupo dos proprietários como o único capaz de adotar a mecanização. Os demais, embaraçados pelos problemas básicos da posse, mesma, da terra e do custeio da lavoura, dificilmente encontrarão meios para adquirir algum desses engenhos, ou disporão de garantias aceitáveis para obter um financiamento.

Além do impedimento inicial que aparta, de imediato, o interesse da maioria dos "lavoristas" e atrai o grande proprietário, outros óbices e despesas concorrem para diminuir o número de pretendentes. O preço da gasolina, no Estado de Goiás, os gastos de manutenção, os custos com os reparos e substituição de peças, são alguns deles. Estes óbices e despesas assumem um vulto considerável, se verificarmos que eles aparecem em uma região em que a atividade agrícola não é racionalmente organizada, nem tecnicamente orientada. Em Itumbiara, não se usam fertilizantes. A proteção do solo não é praticada, a erosão não é combatida, nem suspeitada. Até mesmo a irrigação, tão necessária ao arroz, na época crucial do "emborrachamento" não é utilizada — "Aqui tudo é privativo, vai das idéias." Ademais, a mecanização enfrenta os tropeços de sua implantação em uma zona "atrasada", de um país subdesenvolvido — a falta de peças, o alto preço dos serviços de reparação, as dificuldades de especializações.

Por tudo isso, aos olhos do observador, desavisado, a mecanização da lavoura em Itumbiara parece uma extravagância. Não fosse o problema de mão-de-obra em que se debatem proprietários, arrendatários e mesmo meeiros, ela não mostraria sentido. Entretanto, é possível perceber, pela concentração da implementação agrícola, em mãos de um grupo, uma ênfase econômica que tende a acentuar a dominância dos proprietários e a renovar-lhes outras fontes de renda. O grande proprietário emprestando o trator, a ceifadeira, a colheitadeira ao meiro, acha-se no direito indiscutível de exigir-lhe a meia e não a terça. Alugando ao arrendatário, ou aos pequenos proprietários, cobra-lhes um aluguel de "seis mil cruzeiros o chão bruto e oito a dez mil por chão cultivado", por alqueire.

O período agrícola, especialmente o do arroz, em Itumbiara, assim, revela um quadro de atividades econômicas e de relações sociais em que se distinguem 4 grupos justapostos, nem sempre concordantes em seus interesses: o grupo dos proprietários, o dos arrendatários, o dos meeiros e a massa dos "pau-de-arara".

Em virtude das variações históricas nas correntes migratórias que demandaram Itumbiara e dos fatores seletivos de aquisição de terras e da organização do trabalho agrícola, é possível delinear a distribuição de indivíduos originários de duas regiões brasileiras extremamente distantes e vinculados a "subculturas" diversas — compreendidas, naturalmente, na cultura nacional brasileira — pelos diferentes grupos que exploram a terra. Desse modo, observa-se que o grupo dos proprietários é constituído em uma maioria esmagadora por mineiros ou goianos de tradição mineira, bem como o dos arrendatários. O dos meeiros por um forte contingente mineiro ou goiano e uma parcela de nordestinos "paus-de-arara". Estes três grupos econômicos e sociais, como já foi dito, dotados de uma base maior de estabilidade, estão presos ao período agrícola e à sua evolução. Firmalente, o dos assalariados ou empregados, os peões agrícolas predominantemente nordestinos, "sem ramificações", "que vão e vêm" mas que suportam todo o esforço agrícola do plantio e das colheitas. Desse modo, é fácil observar, à proporção que se passa da massa dos peões para as camadas mais bem situadas na estrutura social da área rural, que é sensível a diminuição do número de nordestinos e o aumento de mineiros, até atingir à dominância do grupo de proprietários.

Entre os proprietários, arrendatários, meeiros, subsistem relações de interesse ou de antagonismo segundo a convergência ou divergência de interesses sintetizados nos ajustes e que pretendem da parte do proprietário uma parcela maior na safra — o arredondamento da meia — do meeiro, com um mínimo de concessões e facilidades na propriedade; e da parte do meeiro decréscimo da parcela a ser entregue na safra — o arredondamento da terça — e o máximo de concessões e facilidades.

Entre estes dois extremos, parece existir uma multiplicidade de relações que envolvem desde os empréstimos em sementes e dinheiro, do proprietário ao meeiro e mesmo ao arrendatário, até a convocação dos meeiros pelo proprietário para obras de interesse comum nas suas terras — obrigações, deveres e direitos peculiares a cada ajuste e a cada situação. "O meeiro só pode zelar no máximo um alqueire. Mas os daqui pegam cinco, seis, põe peão. O fazendeiro ajuda."

O PERÍODO MERCANTIL DO ARROZ

A colheita termina o período agrícola do arroz e com a lida das colhedeiças mecanizadas que completam 20% da safra em relação ao braço do nordestino, principia o ensacamento. Entra em cena, então, o "maquinista", o dono das "fábricas" ou estabelecimentos de

beneficiamento de cereais. Principia o período “mercantil” do arroz: “os negócios aqui são feitos para depois das colheitas”.

Antigamente, o arroz ensacado era todo transportado para os grandes centros do Triângulo Mineiro. O processo, entretanto, era anti-econômico. Além dos impostos que pagava no município — no ato da compra — e no local de beneficiamento, o volume ocupado pela casca era 70% da carga, aproveitando-se, depois de um frete custoso, 30% apenas em arroz. Não interessava, portanto, pagar o imposto e o frete do arroz e da casca em um material a estocar. Em 1950, confirmada a expansão espetacular da produção do arroz, iniciou-se a transferência de firmas ou a instalação de filiais mineiras no município de Itumbiara — e mais tarde até mesmo o surgimento de indústrias pertencentes a elementos locais.

“Há atualmente 22 firmas que apenas beneficiavam cerca de 20% da produção local (180 017 sacos). Grande parte da produção é ainda levada para os municípios vizinhos do Estado de Minas Gerais”, afirma o Dr. Pergy Cafieiro. A instalação relativamente lenta de firmas e “fábricas” em relação à necessidade imperiosa do processamento anti-econômico do arroz, é antes um resultado da fome de energia do município, da saturação do fornecimento e da incapacidade atual de aumentar a produção de energia elétrica, que verdadeiramente de uma hesitação. É praticamente impossível proceder a ligações para novas indústrias. Somente as novas instalações na Cachoeira Dourada que fornecerão energia para Brasília e cujas linhas serão estendidas a Itumbiara, poderão, no futuro, aumentar as disponibilidades de eletricidade do município. Então, espera-se que a industrialização será total e a produção integralmente beneficiada em Itumbiara. Neste ínterim as firmas que compram ainda “de fora”, mantêm no local agentes intermediários cuja comissão é de Cr\$ 10,00 por sacco.

O “maquinista”, entretanto, é mais um comerciante que um industrial. As suas atividades de compra e venda assumem no processo econômico do arroz o papel de muito maior destaque do que o mero beneficiamento do produto. O “maquinista” de Itumbiara, além de beneficiar o arroz, torna-se o elo, o intermediário, entre o produtor e as organizações comerciais de atravessadores e abastecedores dos grandes centros consumidores de Minas Gerais, Estado do Rio e Rio de Janeiro. Sua preocupação, portanto, consiste em conciliar os preços em constante variação nesses mercados, e as despesas decorrentes dos transportes, impostos, amortizações, gastos com máquinas e combustível, no processo de beneficiamento, com as ofertas dos agricultores retirando na transação ainda um lucro razoável. Em virtude do número reduzido, do processo seletivo para a inclusão no grupo econômico dos maquinistas, dos interesses específicos e dos capitals envolvidos, essa classe de intermediários age de um modo

consistente, sólido, coeso. Essa solidariedade que inclui sempre o indivíduo no grupo inteiro, na “cambada”, já é uma de suas características. Os “maquinistas” e a sua importância econômica são sempre referidos de forma global e indistinta, envolvendo todo o grupo.

Já se percebe que em relação às grandes e poderosas organizações abastecedoras dos centros maiores e aos mecanismos que formam os preços dos mercados consumidores o “maquinista” de Itumbiara mantém forçosamente laços de dependência. Por uma cadeia de conhecimentos, pela frequência ao grupo, pelos meios comuns de comunicação, ele acompanha, quase sempre sem interferir, a evolução do preço de revenda do arroz. “O arroz na praça do Rio depende do arroz de São Paulo e do Rio Grande.” Os seus cálculos de lucros e gastos são feitos à base do preço oferecido nestes centros. Em consequência da imposição de um preço em um extremo da cadeia a que está vinculado o “maquinista”, para que a sua atividade renda lucros aceitáveis — descontadas todas as despesas — é necessário que junto ao outro extremo da cadeia — o produtor — seja composto um preço segundo as conveniências e interesse do intermediário. No cálculo do preço, entra, então, o custo de produção que assim está discriminado pelo Dr. Flávio Lima sem cômputo dos juros sobre o valor da terra:

CUSTO DE UMA CULTURA DE ARROZ POR ALQUEIRE — (4,84 ha)

<i>Operações</i>	<i>Custo Anual</i>
	Cr\$
Destoca (arrancamento dos tocos; esta operação é considerada em 4 anos)	5.000,00
Limpeza do terreno (operação que se pratica após a destoca)	2.000,00
Fechamento da roça — cercas de arame — (operação considerada em 4 anos)	3.400,00
Aração e gradagem do solo	8.000,00
Aquisição de sementes	1.200,00
Plantio	1.500,00
4 carpas a Cr\$ 3.000,00 cada	12.000,00
Corte do arroz	3.000,00
Batição e ensaque de 120 sacos (média de produção de um alqueire)	4.000,00
Aquisição de 120 sacos novos, vazios, a Cr\$ 70,00 cada	8.400,00
Transporte de 120 sacos para os armazéns da cidade a Cr\$ 30,00 por saco	3.600,00
	52.100,00

CÁLCULO DA RENDA LÍQUIDA

Renda bruta — 120 sacos a Cr\$ 700,00 (custo de um saco de arroz em casca)	84.000,00
Despesa por alqueire	52.100,00
	<hr/>
Lucro líquido	31.900,00

Com o aparecimento dos diversos fatores de fixação do preço, observa-se então a existência de uma área de atrito.

De um lado, estão os interesses do agricultor, de compensar não apenas aqueles componentes específicos de ordem econômica e de despesa de produção, como também os de natureza geral de manutenção da propriedade, de vestuários, alimentação, de consumo do grupo doméstico, além do ressarcimento do desgaste emocional com os grandes períodos de ansiedade à espera das chuvas ou do tempo firme.

De outro lado, como já se disse, estão os cálculos dos lucros e despesas do intermediário, assentados à base dos preços correntes que lhe são impostos pelos mercados consumidores. Nessa conjuntura, é possível perceber a interação dos diversos elementos de integração dos grupos, de disposição de mercados, de investimento de capitais ou financiamento (que serão estudados mais adiante) e dos grandes problemas de armazenamento das safras.

Como dissemos, em consequência de diversas circunstâncias, o grupo dos “maquinistas” possui um sentido muito vivo de integração. A ação econômica do grupo, em termos gerais, é única, apresentando seus componentes uma mesma fachada de interesse. Por outro lado as ramificações comerciais, a difusão dos laços mercantis com firmas, intermediários e industriais dos centros compradores de arroz do Triângulo Mineiro e de mais além são coordenadas e seguras. Nestas condições o produtor, o agricultor de Itumbiara, apesar do número e variedade de membros do grupo de “maquinistas”, esbarra com uma única política de preços e de ação e suas tentativas para escapar ao “cerco” da imposição de um preço determinado dentro da praça de Itumbiara, transportando para outros locais a sua safra ou tentando uma aproximação com “maquinistas” mineiros, esbarram sempre no fracasso. “Tá tudo nas mãos dos “maquinistas”.

Outro aspecto importante na fixação do preço na praça de Itumbiara, é a ausência de grandes armazéns, de locais apropriados, de depósitos para onde a grande safra possa ser deslocada. O agricultor, ensacado o arroz, ante o volume da produção colhida e sem destinação, é compelido a vendê-la “sem esperar preço”. O projeto de construção de grandes armazéns gerais por parte do Governo do Estado de Minas Gerais nas vizinhanças da própria sede municipal

de Itumbiara — prosseguindo, assim, aquela tendência “imperialista” de ordem econômica e demográfica da parte do Estado fronteiriço — encontrou grande receptividade de “maquinistas” e de agricultores, pois o depósito da safra estando garantido facilita a “espera”, de um preço de venda conveniente nos grandes centros consumidores e por conseqüência beneficia a todos. Outro elemento importante no conjunto de fatores que concorrem para a formação do preço do arroz é o financiamento da produção. Antes da instalação das agências bancárias que operam em Itumbiara, especialmente o Banco do Brasil, era comum o “maquinista” adiantar o dinheiro “para o plantio das lavouras”. A garantia do empréstimo era a safra, e o contrato se fazia em termos pessoais com diversas repercussões e conseqüências nas relações intergrupais.

As agências bancárias, assumindo o papel dominante no financiamento e colocando em operação o mecanismo impessoal de convênio para um empréstimo de “ano agrícola”, vieram de certo modo reforçar aquelas tendências que se esboçavam nas manobras de fixação de preço entre os agricultores e os “maquinistas”. O agricultor, contraído o empréstimo para a lavoura, deverá saldá-lo em julho do ano seguinte — estabelecendo-se assim um prazo fixo e supostamente improrrogável cuja importância na cristalização do complexo de relações entre agricultores e “maquinistas” é indiscutível. “Antes do Banco do Brasil o maquinista adiantava o dinheiro para o plantio das lavouras. A mercadoria ficava como garantia, mas não tinha prazo pra vender.” Atualmente o agricultor financiado pelos bancos deve liquidar o empréstimo no período do “ano agrícola” — necessita vender a sua safra antes do mês de julho ou logo após o seu vencimento — e a sua pressa, o seu açodamento, a urgência da transação para ele, contrasta com a retração do grupo dos “maquinistas”, “qui não oferece preço”, isto é, que se aproveita da situação e força a baixa do preço do arroz. “Na época de pagar o Banco do Brasil, baixa o saco. Depois, vai subindo.” O empenhamento, portanto, veio figurar, talvez, como componente decisivo na balança e no jogo intenso de forças para a estruturação do preço local do arroz.

Apreciando-se, em resumo, os diversos aspectos que caracterizam o período mercantil do arroz, se pode perceber que todos eles constituem um emaranhado de circunstâncias que conspiram contra o agricultor e diminuem consideravelmente a sua capacidade de lucro. No quadro das relações com os mercados consumidores parece existir o problema da colocação de produtos e a imposição de um preço por parte das organizações que dominam a distribuição dos alimentos. No quadro das relações locais entre produtores e beneficiadores ou “maquinistas”, a mesma situação de imposição de preço da parte do comprador intermediário é observada. O agricultor ge-

ralmente encontra barreiras poderosíssimas que limitam a flexibilidade das suas ações e o colocam, mais ou menos tolhido, nas mãos dos “maquinistas”. Impossibilitado de encontrar outros compradores, de “furar” o bloqueio das firmas locais, sem condições para armazenar a produção e esperar melhores preços e compelido a vender a sua safra e saldar os compromissos assumidos com os bancos — pelo encerramento do “ano agrícola” no mês de julho — o agricultor meeiro, arrendatário ou proprietário — é aparentemente o grande prejudicado no balanço das atividades do ciclo econômico do arroz. Por isto, avaliando as suas apreensões e angústias, as despesas e perdas e os lucros obtidos, a atitude do agricultor é de desalento, de queixa, de “choro”, como querem muitos. “O lavorista nunca impõe preço...” Fortifica-se então, para ele, a convicção de que o trabalho agrícola é um desgaste sem esperança, um esbanjar de esforços inúteis e que a pecuária, com a regularidade dos trabalhos da criação, com a tranqüillidade dos longos períodos sem preocupações, as relações diretas entre criadores e compradores, é uma atração irresistível: “Tem gente que tá pensando em por capim i criá gado. O senhor sabe, a terra vai sendo plantada, vai cansando i o trabalho i o gasto é tanto que não compensa o preço. Então, planta capim...”

OS FINANCIAMENTOS

Como já foi dito, os financiamentos, antes da instalação de agências bancárias — especialmente o Banco do Brasil — eram transações de caráter eminentemente particular e envolviam indivíduos pertencentes aos dois grupos de agricultores e “maquinistas” em relações pessoais, de indivíduo para indivíduo. A implantação de organizações bancárias, com o seu mecanismo típico de instituições urbanas e cosmopolitas e o derrame de capital em inversões, aumentou consideravelmente o movimento na agricultura, na indústria, no comércio, facilitando a expansão dos negócios e atividades e harmonizou-se com o desenvolvimento das lavouras, com o incremento das correntes migratórias, com o surgimento das indústrias. As aplicações de capital vêm apresentando um aumento sensível em parcelas maciças anuais como mostram os seguintes números fornecidos apenas pelo Banco do Brasil:

EMPRÉSTIMOS AGRÍCOLAS

1957

Financiamento	Cr\$
de máquinas	6.834.270,00
Financiamento	
da produção	45.270.949,00

1958	Financiamento de máquinas	Cr\$ 42.235.910,00
	Financiamento da produção	161.105.740,00
	Financiamento de veículos	3.993.750,00
1959	Financiamento de máquinas	Cr\$ 59.442.520,00
	Financiamento da produção	365.264.190,00
	Financiamento de veículos	17.968.750,00
1960	Financiamento da produção	Cr\$ 444.338.735,00
	(afora 28 milhões em estudos)	

EMPRÉSTIMOS PECUÁRIOS

1957	Financiamento da pecuária	Cr\$ 22.449.947,60
1958	Financiamento da pecuária	Cr\$ 32.813.740,00
	Financiamento para aquisição de veículos	211.500,00
1959	Financiamento da pecuária	Cr\$ 39.971.656,00
	Financiamento para aquisição de veículos	1.800.000,00

EMPRÉSTIMOS INDUSTRIAIS

1957	Indústria	Cr\$ 1.536.202,00
1958	Indústria	2.954.000,00
1959	Indústria	15.734.900,00

O Banco do Brasil é a grande fonte de empréstimos e apesar da falta de dados relativos às outras organizações bancárias se pode dizer, com certa margem de segurança, que essa instituição de crédito é responsável por mais de dois terços do movimento geral dos financiamentos. Na parte referente ao crédito à lavoura, por exemplo, somente nos financiamentos para a produção do arroz, o Banco do Brasil é credor de cerca de 950 mil sacas em 535 contratos. O financiamento da produção de arroz, que escolhemos para exemplo, é calculado em uma base que oscila e cresce anualmente e que no corrente ano está fixada em Cr\$ 24.000,00 por alqueire. Esta quantia, dividida em parcelas, vai sendo adiantada nas seguintes condições:

Para aração, gradagem e	Cr\$
plantação	10.000,00
Para 1. ^a capina	3.000,00
Para 2. ^a capina	3.000,00
Colheita)	4.000,00
) 6% juros	
Sacaria)	4.000,00

Este tipo de financiamento a curto prazo deve ser integralmente pago, como já se disse, no vencimento do "ano agrícola", isto é, no fim do mês de julho. Para o destocamento das terras, entretanto, existe uma especialidade de financiamento a prazo longo (3 a 4 anos) em que se empresta, sob hipoteca, cerca de 20 mil cruzeiros por alqueire a juros de 7%.

Além dos empréstimos para a produção, as agências bancárias e especialmente o Banco do Brasil financiam a aquisição de tratores, jipes, veículos e implementos agrícolas para pagamento em quatro anos. Ao contrário dos tipos de financiamento da produção em que a própria safra funciona como garantia, nesta segunda modalidade, bem como na compra de terras que o Banco do Brasil também financia, é a propriedade mesma que entra como penhor.

Da mesma forma que o agricultor, o maquinista também contrai empréstimos para aquisição, modernização ou aumento da sua aparelhagem de beneficiamento, e também para as operações comerciais do período mercantil do arroz. "O maquinista trabalha com dinheiro nosso, pagando 10% de juros a longo prazo", afirmam os funcionários do Banco. Os empréstimos industriais do Banco do Brasil, por exemplo, estenderam-se até mesmo à pecuária e à usina de fornecimento de energia elétrica que abastece a sede municipal para a aquisição de um gerador de 950 H.P. pelo custo de três milhões de cruzeiros e que ampliou ligeiramente o potencial elétrico nos últimos anos, possibilitando a instalação das indústrias de beneficiamento que atualmente funcionam em Itumblara. Essa ampliação foi,

sem dúvida, efêmera porque após a transferência de algumas indústrias e as ligações de luz nas novas residências particulares, a fome de energia impôs novamente a paralisação do movimento de industrialização da sede do município. Os empréstimos bancários estendem-se também aos pecuaristas para o aumento dos rebanhos sob garantia do próprio gado e das terras e ao comércio, mediante a emissão de duplicatas a longo prazo.

O mecanismo do financiamento nas bases impessoais das organizações bancárias, tende a reforçar determinadas posições e opera a favor da manutenção de um *status quo* dificultando enormemente a modificação da situação dos diferentes grupos econômicos e dos indivíduos colocados nas diversas categorias e papéis econômicos e sociais. Não significa, este fator de limitação, entretanto, que as agências bancárias de Itumbiara atuem de modo coercitivo ou que a política de empréstimos adotada pelos gerentes locais contrarie o movimento de desenvolvimento do município. O progresso dos últimos anos evidencia justamente o oposto.

O que se observa, de um modo geral, é que em virtude da organização mesma do sistema impessoal do crédito a que estão vinculadas as agências — pertencentes a um mundo urbano e internacional de negócios sediados nas grandes cidades — os problemas pessoais, a estrutura social das localidades rurais não encontram atendimento. O financiamento para a lavoura, por exemplo, somente pode ser concedido ao grupo dos proprietários que são os donos das terras e possuem títulos de propriedade. Os meeiros e arrendatários, para só mencionar aqueles dedicados ao cultivo e fixados à terra, são automaticamente excluídos do plano de financiamento porque legalmente, oficialmente, não possuem terras de cultivo, não oferecem garantia como lavradores. O único veículo para a obtenção do financiamento para a produção do arroz, seria a prestação de uma fiança, o avocamento da dívida do meeiro ou arrendatário para a responsabilidade do proprietário — cujas safras e terras, no fim de contas, entrariam como garantia. Necessitando de uma segurança nas operações, no caso, a propriedade de terras, portanto, exigindo o elemento básico no sistema de crédito, as agências reforçam a posição do grupo de proprietários na convivência com os arrendatários e, sobretudo, com os meeiros e fornecem subsídios básicos para a cristalização de um sistema de relações com a predominância do proprietário. Se o proprietário se torna fiador do meeiro, ele corre, por hipótese, dois riscos: no primeiro o meeiro poderá fugir ao compromisso e nesta oportunidade verifica-se a transferência da dívida para os seus próprios ombros; o segundo, o de ver o meeiro progredir e transformar-se em proprietário — perdendo-se assim um bom agregado. Nessas circunstâncias, não surpreende o fato de serem bem raros os casos de fiança do proprietário em rela-

ção aos contratos de financiamento dos meeiros. A alternativa comum é o proprietário mesmo financiar o meiro, às vezes até com o dinheiro obtido no banco e exigir parcelas maiores na divisão das safras — dentro do seu quadro de interesses e lucros. A inexistência de um financiamento para a compra de sementes, partindo do pressuposto de que “é preciso ter tradição agrícola” para negociar com o Banco do Brasil se constitui em um exemplo extremamente revelador de que os “agricultores incipientes” não encontram apoio bancário. Se nessa tendência para a manutenção de um *status quo* — a predominância do papel do proprietário nas relações sociais e no conjunto de atividades do período agrícola do arroz — se observa nos casos extremamente simples do financiamento da produção, os demais empréstimos agrícolas para a aquisição de máquinas e de terras estão praticamente fora do alcance dos meeiros porque, nunca é demais repetir, falta-lhes o elemento básico para a sua participação no sistema de crédito bancário: a garantia.

Se a disposição que se observa nos financiamentos para o período agrícola do arroz tendem para a convergência dos empréstimos para o grupo de proprietários, isolando-os como detentores das oportunidades de enriquecimento através dos financiamentos de produção, compra de terras e de máquinas — e como elementos intermediários entre os bancos e os meeiros — fortificando a sua posição na constelação de comportamentos e atitudes da população entregue à faina agrícola, essa disposição encaminha-se também para situar o “maquinista” no comando das especulações do período mercantil do arroz. Assim, como já foi dito, o “maquinista”, além do empréstimo para aquisição da maquinaria, recebe também financiamentos para os negócios de compra de arroz — e dessa forma o agricultor que se vê forçado a vender a sua safra após o vencimento do “ano agrícola”, colhido por uma rede de circunstâncias e colocado nas mãos dos “maquinistas”, negocia ainda com o dinheiro dos bancos emprestado aos próprios “maquinistas”.

A SEDE MUNICIPAL

A cidade de Itumbiara, no progresso econômico espetacular que atravessa o município, vai aos poucos retomando a sua posição única de empório comercial, que antes desempenhava em relação às zonas rurais. Desta vez, todavia, alguns fatores mais sólidos de desenvolvimento se vão introduzir e revigorar o movimento expansionista, da sede municipal, que está longe de representar o mero papel de intermediário entre os poderosos centros de comércio do Triângulo Mineiro e as zonas rurais de produção.

Itumbiara já agora é um centro industrial de beneficiamento do arroz e dos contratos de venda da produção — que aumentam pro-

gressivamente — onde se situam os estabelecimentos de crédito de importância para o progresso do município, é o local da residência dos grandes proprietários agrícolas e dos industriais e o ponto de partida dos transportes de carga de arroz e produtos agrícolas que demandam outras regiões brasileiras. O comércio atacadista e o varejo florescem rapidamente. Os bares, hotéis e pensões multiplicam-se a olhos vistos. Os postos de gasolina, as oficinas de conserto de viaturas e de vendas de autopeças são numerosas. A cidade conta com uma pequena tipografia, uma emissora de rádio e uma casa de diversões com cinemascópio, cadeiras estofadas e passadeiras; contava (em 1959) com 850 ligações elétricas, 460 lâmpadas nas ruas, funcionando ainda o sistema telefônico local que é automático e, apesar de recentemente inaugurado, conta já com 250 ligações. A cidade, em resumo, possui um conjunto de profissões e especialidades desde os fotógrafos comerciais até os contadores e avaliadores dos bancos — que contribui para oferecer aos olhos do viajante uma forma de aglomeração fortemente urbanizada, por onde transitam 32 ônibus diários.

O aspecto da cidade e a distribuição geográfica das camadas sociais refletem, de certo modo, a evolução histórica e econômica do município e de sua sede. Perto do rio, onde se localizaram as primeiras casas, estão a praça principal, a velha igreja, onde se reúnem os jovens de ambos os sexos para o *footing* diário de depois do jantar. Ao redor ou nas proximidades da praça, estão os edifícios de maior importância na vida social da localidade: o cinema, os melhores bares, o "Hotel Central", as grandes farmácias, o clube da "sociedade", a emissora de rádio. Nas ruas que se irradiam da praça principal situam-se outros bares bem instalados, as casas de residências da maioria dos proprietários de terra, dos "maquinistas", dos negociantes, da gente ligada à cidade, dos profissionais liberais, os armarinhos, as agências bancárias, as casas de varejo. Todo esse conjunto de edificações apresenta o aspecto estável de estilo de vida tradicional a que as calçadas e as ruas de paralelepípedos emprestam uma fisionomia residencial. Uma dessas ruas, que se estende na direção do trecho da BR-14 Brasília-Goiânia, e se prolonga em estrada de terra batida até atingir a estrada federal asfaltada, em verdade, constitui um segundo bairro de características inteiramente diferentes do primeiro. Depois de ultrapassada uma pequena ponte, cessa o calçamento de paralelepípedos, abre-se um largo mal cuidado e sem bancos, onde a prefeitura pretende instalar o mercado de abastecimento da cidade e principia uma outra rua de precário calçamento e de terra batida. Aí, alinham-se as numerosas pensões para os viajantes, estão os postos de gasolina, as oficinas de conserto de viaturas, as garagens dos caminhões, as pequenas lojas, as casas de venda de autopeças e, mais além, já no fim da rua, extre-

mamente longa, os grandes edifícios de beneficiamento de cereais. Algumas ruas que saem desta artéria principal principiam a mostrar alguma importância, com a construção de casas de residência de pessoas de menores recursos ligadas às atividades desenvolvidas neste segundo bairro da cidade.

Neste bairro, então, está retratado o atual ciclo econômico que atravessa o município e as suas implicações: a massa da indústria de beneficiamento e os edifícios onde os industriais armazenam as suas compras; a concentração de caminhões que transportam a produção; as casas de reparo e de venda de combustível e peças para as viaturas; os hotéis e pensões onde se alojam os passantes, os "viajantes" que demoram pouco na cidade e cuja presença está ligada ao desenvolvimento do atual ciclo econômico. Este bairro, de aparência tão estreitamente ligada ao estado do progresso do "lugar", é a primeira impressão de quem chega a Itumbiara, vindo dos grandes centros do Triângulo Mineiro, de Goiânia ou de Brasília e é também a última lembrança de quem parte pela BR-14. A estas impressões do bairro do "progresso", somam-se as do bairro tradicional, inteiramente diferente do primeiro — e onde se desenrola a vida social da cidade. Ao redor dos grandes bairros, à proporção que se distanciam os fulcros econômicos e sociais, principiavam as construções mais pobres, de barro socado e telha ou sapê, onde vive o operariado da cidade, a gente "do ganho", e para onde convergem os deslocados da zona rural.

A sede municipal, além do papel de dominância econômica, do ciclo do arroz, de residência dos maiores proprietários agrícolas e industriais, de local de instalação das organizações de crédito, de palco onde vive sofisticadamente a elite social do município, é também o centro das atenções político-partidárias, onde são aglutinadas as forças dos partidos políticos que disputam o poder municipal e onde manobram os chefes regionais nos dois partidos nacionais: PSD e UDN.

Em um exame rápido da distribuição das forças políticas do município é possível observar uma coincidência que, de um modo geral, permite separar os grandes criadores de gado como adeptos da U.D.N., e a maioria dos médios proprietários agrícolas e dos "maquinistas", no P.S.D. Itumbiara, desde a restauração do regime democrático, tem sido um reduto udenista, juntamente com o município vizinho de Buriti Alegre — município eminentemente criador de gado — constituindo uma das raras exceções em um Estado tradicionalmente pessadista. Entretanto, na eleição de 1955, a vitória do P.S.D. nas eleições municipais e estaduais, por uma margem relativamente grande de votos, constituiu uma surpresa que não se pode ainda atribuir a uma modificação das correntes políticas, ou prestígio do atual prefeito. O fato de o P.S.D. haver obtido a eleição do prefeito e

da maioria dos 13 vereadores só pode levar a conclusões parciais que esperam confirmação nas próximas eleições municipais.

Não há dúvida, que a pressão estadual e até federal, através da exclusão do município dos planejamentos de desenvolvimento e das obras públicas, encerra uma importância considerável na modificação verificada. Itumbiara, apesar da grande contribuição para os cofres estaduais, nunca mereceu a atenção dos governadores do Estado enquanto foi udenista. A grande estrada federal BR-14 que corta o município obedece antes a imposições de ordem econômica que visam a ligação entre Brasília e o Estado de Minas Gerais, do que a qualquer preocupação em relação a Itumbiara. O fato notório e sempre referido de que certo governador eleito preferia contornar o município em visita a outras regiões, a pisar o seu território, é um mito que se fundamenta em atitudes bem claras. O programa dos governos atuais — tanto federal como estadual — governos pessedistas por excelência, harmonizando-se com o governo municipal pessedista de Itumbiara da atualidade e incluindo o município nas grandes obras de desenvolvimento, poderá fortalecer o ambiente favorável para a permanência do partido no governo municipal.

Por outro lado, pergunta-se até que ponto terá influído o progresso da agricultura e dos grandes “maquinistas” para o deslocamento do poder político dos pecuaristas-udenistas com o aumento das áreas de influência agrícola pessedista e dos elementos urbanos “maquinistas”. De qualquer forma, é surpreendente a forma das relações entre os adeptos dos partidos políticos que, de um certo modo poderia ser classificada como “cordial” e a composição dos grupos econômicos que encarnam os partidos políticos.

Finalmente, Itumbiara, pela sua situação de convergência de residência dos grandes proprietários agrícolas, “maquinistas”, negociantes atacadistas, profissionais liberais, a cúpula da classe dominante, vai aos poucos formando uma “elite social”, preocupada com o estilo de vida dos centros maiores e imitando, na medida das possibilidades, os modelos fornecidos pelas grandes cidades mineiras mais próximas e por Goiânia, e conformando a vida urbana às preocupações mais refinadas do “trato social”. Essa ênfase de reforço de vida urbana, que tende a acentuar-se com a frequência aos balles, a participação dos meios de comunicações de idéias, com o surgimento de facilidades de aquisição de uma multidão de superfluidades, e o ingresso nos ginásios das cidades maiores — revela-se em espetáculos com o “desfile de penteados” do ano passado, a que compareceram cronistas sociais de Goiânia, em festa animada por “orquestra” local e caracterizada pela marcante preocupação com exibição de indumentárias.

Em conclusão, Itumbiara, como sede municipal aglutinadora das forças econômicas, políticas e local de residência da classe domi-

nante, distingue-se no surto de progresso atual da expansão do segundo ciclo econômico pela multiplicidade de decorrências do desenvolvimento da agricultura e da cultura do arroz, e pela eclosão de uma série de fatores que vão tornando a cidade independente dos centros vizinhos maiores. A futura industrialização da sede; a comunicação direta com os mercados do Rio, da área de Minas Gerais e de Brasília; a instalação do crédito bancário na própria sede municipal, vão reunindo elementos de emancipação que diferem flagrantemente da sua função anterior nos outros ciclos econômicos de mero empório comercial intermediário.

IV — AS IMPLICAÇÕES

A) O Panorama Sanitário

Como foi dito anteriormente, Itumbiara é o resultado de uma posição geográfica privilegiada e dos esforços privados de cultivo de arroz que redundaram em ciclo econômico pleno de repercussões sociais. O município passou a ser uma das maiores fontes arrecadoras do Estado, como indicam os algarismos relacionados abaixo:

PODER	1959 (Cr\$)
Municipal	Cr\$ 9.384.286,50
Estadual	Cr\$ 71.124.550,80
Federal	Cr\$ 8.764.553,60
TOTAL	Cr\$ 89.273.390,90

Entretanto, a retribuição governamental para o desenvolvimento do município tem sido escassa e fortuita e até mesmo no campo da saúde, o que existe em Itumbiara para o combate às doenças é quase que exclusivamente um resultado da iniciativa particular.

Impressiona o viajante, logo em seu primeiro passeio pela cidade, o número de hospitais, casas de saúde e farmácias que se espalham pela área urbana. Existem pelo menos 5 hospitais particulares, além do Posto de Saúde, que funciona mal, consultórios médicos e 12 dentários. O volume de nosocômios, todavia, não reflete unicamente as necessidades da cidade ou do município. A concentração é também o resultado da evolução de Itumbiara como centro médico de uma vasta região que abrange outros municípios. Além dessa pequena rede de hospitais particulares — que converte a sede municipal em um núcleo de assistência médica — Itumbiara pouco possui em instrumental ou em movimentos organizados para o combate às numerosas doenças que assolam o município e de modo especial, a área rural. A própria disparidade na concentração de pequenos hospitais

na sede urbana em contraposto à zona rural que nada possui em matéria de estabelecimentos médicos, já revela claramente que esse adensamento se faz muito mais em termos comerciais de cura — com a assistência médica a casos já declarados, com o tratamento correspondente e o pagamento dos serviços e equipamentos empregados na clínica — do que em um esforço coordenado para debelar as endemias existentes.

As instalações e os nosocômios que se concentram na cidade de Itumbiara, portanto, parecem representar uma situação sanitária com vários aspectos: o primeiro, a existência de uma norma de atendimento de moléstias já em andamento contrariamente a uma política profilática ou preventiva. O segundo, o pressuposto de uma componente monetária nas relações entre doentes e pessoal encarregado das curas e tratamentos — excluindo-se, em consequência, pelo menos para a freqüência continuada, aquela parte da população cujos rendimentos ou salários não possibilitam a aquisição repetida de remédios ou a visita amudada aos hospitais e clínicas. O terceiro, a imobilidade espacial das clínicas e hospitais, incapazes de alcançar os doentes graves das áreas rurais ou mesmo de modificar o grande conjunto prevalecente de formas de cura ou de tratamentos populares.

Portanto, apesar da pequena rede de hospitais particulares da sede municipal, Itumbiara apresenta os mais graves problemas sanitários. Como já se disse, o município e especialmente a sua área rural, é assolado por várias endemias e, apesar das estatísticas sanitárias revelarem uma baixa incidência de doenças, sabemos o quanto elas são falhas e de que modo são elaboradas. A malária por exemplo, apesar das informações colhidas no DNERu, em Goiânia, de que a incidência de qualquer endemia era baixa na região em virtude das campanhas encetadas por aquele órgão nos anos anteriores — somente em 1959 provocou 120 casos conhecidos e tratados nos hospitais locais. A incidência da malária, que em algumas áreas se mostra rampante — como na zona do Rio dos Bois — nas estatísticas oficiais, entretanto, apresenta apenas um caso positivado em 1958 e nenhum em 1959.

A doença-de-chagas, segundo o levantamento entomológico oficial, oferece o seguinte aspecto:

Epoca: agosto a novembro	1 9 5 4	1 9 5 9
Localidades visitadas	37	26
Localidades com barbeiros	33	26
Casas visitadas	299	378
Casas com triatomíneos	83	143
Índices de infecção natural	3,42%	5,41%

O exame do quadro acima, revela que em 1954 em um total de 299 casas visitadas, apenas 83 estavam infestadas e o índice de infecção natural foi de apenas 3,42% — apesar de 33 das 37 localidades onde se situavam as casas visitadas estarem rotuladas como “localidades com barbeiros”; em 1959, em um total de 378 casas, 143 estavam infestadas com índices de infecção natural de 5,41% — sendo que todas as localidades visitadas estavam infestadas. Como se pode perceber, no conjunto “otimista” destes organismos oficiais não existe especificação alguma sobre as zonas percorridas, de sorte que aquelas pessoas que compulsam as estatísticas ficam sem saber a que áreas se refere o quadro — se à zona urbana, onde existe a predominância de casas de alvenaria e telha, à zona agrícola onde a maioria das construções é de barro socado (taipa) e cobertura de sapé ou telha, ou à área de pecuária. Sabe-se por outro lado que na região agrícola, pelo aspecto de suas construções e através do material comumente empregado, as casas oferecem ótimo abrigo para os triatomíneos e que a incidência da moléstia-de-chagas aí é bem grande.

A mesma falta de informações se verifica em relação a outras moléstias. A incidência de casos de esquistossomose trazida pelos nordestinos, de lepra — mencionada como alta, especialmente na zona da “campanha” — não encontram documentação segura sobre a sua virulência nem sobre a sua propagação. Nada se sabe sobre a boubá, a leishmaniose, a febre amarela, a hidatidose, a brucelose, que se suspeita grassarem nas áreas rurais.

A ausência de uma estatística sanitária com uma margem de segurança razoável, ou pelo menos de um conhecimento sumário porém sólido do que acontece no município em matéria de doenças e contaminação, é um aspecto que se liga indissolavelmente ao panorama geral e contribui para caracterizar uma situação de precariedade aos olhos do especialista ou do viajante habituado aos grandes centros urbanos.

Menos trágico que as endemias e a limitação das estatísticas, porém igualmente grave, é o problema da verminose cuja contaminação e infestação, na opinião dos médicos da sede municipal, é universal. Em um levantamento realizado no fichário do laboratório de análises do Hospital Santa Rita foi obtido para o grupo de 1958 um índice de infestação de 89,2% e para o grupo de 1959, um índice de 96,2%, isto é, quase a totalidade das fichas compulsadas. A disseminação das verminoses se faz através daqueles veículos comuns de transmissão, com a manipulação defeituosa dos recipientes, a exposição dos depósitos e principalmente a poluição direta dos caudais e fontes de coleta de água. Sem nos preocuparmos com a área rural, onde os fatores de contaminação são mais numerosos e decisivos e onde o estilo de vida e as condições econômicas afastam

os seus habitantes dos meios de comunicação e de divulgação de conhecimentos e noções de educação sanitária e concentrando a nossa atenção na sede municipal apenas, é possível ainda aí notar a incidência de 95% de verminoses — de ameba ou giardia — em crianças de 2 a 10 anos, segundo observações feitas no laboratório do Hospital Santa Rita.

O problema das verminoses na sede municipal é agravado pela disposição geográfica das casas e pela ausência da rede de esgotos e de água encanada. Em geral, o tipo de imóvel do perímetro urbano, é caracterizado pela figura geométrica do retângulo — uma frente pequena, isto é, uma largura reduzida, e uma profundidade maior, “de fundos”. Dessa forma, as casas apresentam ao passante um aspecto estreito, “espremido”, enquanto o espaço invisível a quem se situa na rua, é maior. Esta conformação do imóvel, deixa uma extensão pequena para a colocação de fossas e poços — desde que, em geral, cada casa possui o seu poço ou cisterna e as suas fossas. A aglomeração de imóveis com o mesmo formato e com um número considerável de poços e fossas, provoca, forçosamente, uma concentração indesejável e proximidade perigosíssima de poços e fossas — proximidade observada dentro do próprio imóvel particular, bem como em relação aos imóveis vizinhos. A situação é descrita pelo Dr. Pergy Cafieiro que a coloca nos seguintes termos: “a existência, então, de grande número de fossas (há quase sempre uma ou duas fossas já fechadas em cada residência) faz com que a água, que é retirada dos poços, esteja quase sempre contaminada, não existindo, praticamente, água potável”.

A comunicação dos poços de onde é retirada a água para beber, com as fossas, não é um fenômeno raro, nem causa surpresa o relato de casos “pitorescos” da descoberta inesperada dessas formas elementares de poluição da água. Um desses casos, relatado por um médico local, conta a história de venda de um imóvel em que o comprador ia sendo esclarecido sobre as excelências da propriedade que pretendia adquirir e que entre outras vantagens oferecia a de possuir um poço que nunca secara — nem mesmo nos piores verões ou estiagens, quando seca a maioria dos poços de determinadas seções da cidade. Depois de efetuada a compra, já de posse do imóvel, o novo proprietário decidiu “sangrar” a fossa e despejar a serventia da casa no rio que corria próximo. Dias depois, o poço secou.

No quadro das carências alimentares, a limitação dos estudos, observações e estatísticas sanitárias impossibilita qualquer investigação mais profunda, sobre a incidência de qualquer avitaminose. Entretanto, desde que a base da alimentação da região consiste no aproveitamento do feijão, do arroz, do milho, da mandioca e mais raramente das carnes bovina e de porco, de bananas, de massas alimentícias industrializadas, devem existir manifestações carenciais.

Considerando ainda que o leite, as aves, os ovos representam produtos comerciais de venda em escala mais reduzida, porém contínua, provendo periodicamente o agricultor de dinheiro sonante para as despesas imediatas, verifica-se que a dieta — especialmente nas áreas rurais — ressen-te-se de carnes e produtos animais, de legumes, de frutas.

Com referência às estatísticas vitais, o mesmo problema de informações surge como obstáculo principal. O registro civil, é naturalmente falho, não se podendo determinar pelos dados que apresenta, índices de mortalidade, ou natalidade pela inexistência da mesma, de algarismos seguros sobre a população. Por isso, são apresentados aqui somente os dados colhidos referentes aos dois últimos anos:

Mortalidade	1958		1959	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Menos de 1 ano	55	50	70	62
1 ano e mais	150	86	124	98
Nascidos mortos	11	6	15	9

Natalidade	1958		1959	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Nascidos no ano do registro	90	69	76	89
Nascidos em anos anteriores	1956	372	281	274

B) O Panorama Educacional

Segundo o Dr. Pergy Cafeiro:

“Há no município 55 unidades de ensino primário, sendo 43 rurais e 12 urbanas; dessas, 3 são particulares e 3 do Estado. Treze escolas rurais são estaduais.

Das escolas urbanas, 2 são também de educação de adultos.

Há ainda um Ginásio e um Grupo Normal, pertencentes à Arquidiocese de Goiânia, que colocará a funcionar, neste ano, um Curso Comercial.

Funcionará também este ano, um Ginásio Estadual. Enquanto isso, talvez deixe de funcionar o Curso Normal, por falta de matrículas. A turma a se formar conta 7 alunos.

São 78 os professores primários, assim distribuídos:

Classe	Zona Urbana		Zona Rural		Total
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Municipal	1	5	13	19	38
Estadual	2	14	5	9	30
Particular	3	7	—	—	10
Total	6	26	18	28	78

Desses, somente 18 são formados (10 particulares).

É baixo o índice de aproveitamento nas escolas. Isto pode ser observado pela distribuição dos alunos matriculados nas diversas escolas, no ano de 1959, segundo a localização da escola e a série.

Zona	Urbana		Rural		Total	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Série						
1. ^a	289	310	532	461	821	771
2. ^a	131	154	127	95	258	249
3. ^a	121	99	65	56	186	155
4. ^a	101	75	—	8	101	83
5. ^a	55	66	—	—	55	66
Total	697	704	724	620	1421	1324

Incluem-se neste quadro, para a zona urbana, 78 alunos dos cursos de educação de adultos (46 masculinos e 32 femininos).

O ginásio e curso normal, contam com 17 professores (9 masculinos e 8 femininos).

A distribuição de alunos no curso ginasial se apresenta como na página seguinte: (1959):

Série	Matrículas Gerais		Aprovações	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
1. ^a	49	27	28	23
2. ^a	9	25	9	5
3. ^a	30	18	8	7
4. ^a	94	9	5	10
Total	6	79	50	45

Mantém, ainda, a Prefeitura, um curso de Corte e Costura.

O panorama educacional de Itumbiara oferece, assim, da mesma forma que o aspecto sanitário, as mesmas colorações sombrias e o mesmo caráter de inadequação ao intenso movimento comercial e agrícola — ao tremendo mito de desenvolvimento econômico — que envolve, atualmente, o município. De acordo com o Recenseamento de 1950, já ultrapassado nas estimativas para o ano de 1959, 56% da população rural e urbana não era alfabetizada. Essa percentagem, observando-se a tendência para uma concentração urbana de pessoas com maiores facilidades para incorporarem-se ao processo educativo formal sugere, ainda, uma desproporção entre a área urbana e a rural — que não conseguimos, todavia, traduzir em algarismos. Apesar da concentração de unidades escolares de nível primário fora dos perímetros urbanos — concentração que deveria ser infinitamente superior, se considerarmos os números absolutos na ocupação humana nas diversas partes do território de Itumbiara — sabe-se que essas unidades escolares são quase sempre regidas, orientadas e conduzidas por professores sem formação profissional adequada e sujeitos, na esfera das escolas municipais, às mutações da conjuntura local e dos fenômenos decorrentes do clientelismo político.

Da massa de habitantes em idade escolar, registram-se apenas as matrículas de 1421 indivíduos do sexo masculino e 1324 do sexo feminino (sem os descontos dos alunos dos cursos de alfabetização de adultos) nas escolas primárias — matrículas e registros nem sempre válidos correspondendo à realidade da freqüência às aulas e da vinculação aos estabelecimentos de ensino. Assim mesmo esses números hipotéticos e limitados de escolares no nível primário, sofre uma brutal retratação quando se examina o grau médio — cuja representatividade se reduz a um único ginásio freqüentado, apenas no primeiro ciclo, por 94 pessoas do sexo masculino e 79 do sexo feminino. Alguns fatores cuja localização não cabia no escopo do levantamento — de integração dos ginasianos nessa nova fase da vida escolar, produzem efeitos catastróficos no capítulo referente ao aproveitamento revelado pelos alunos. Na primeira série do ciclo, o índice de reprovações é considerável: mais de 50% para os alunos de sexo masculino e quase 90% entre aqueles de sexo feminino. Esses fatores perdem consistência nas séries seguintes, porém continuam atuantes, de sorte que, ao final da quarta série, apenas 15 alunos de ambos os sexos estavam matriculados — número excessivamente diminuto para uma população responsável pela extraordinária movimentação econômica que estudamos.

CONCLUSÕES

O exame superficial da estrutura agrária do município de Itumbiara revela aos estudiosos dos problemas econômicos ligados ao

mundo rural — e até mesmo ao reformulador de uma suposta política agrária — alguns aspectos importantes que convém isolar e salientar.

O município atravessou, em sua história econômica, várias etapas ou ciclos que comunicaram às suas diversas áreas constitutivas, diferentes aspectos e fisionomias. O ciclo econômico atual, caracterizado por uma atividade agrícola predominante, parece encontrar as raízes do seu surgimento e do seu desenvolvimento na composição de elementos de natureza econômica situados fora dos seus limites administrativos e políticos e independentes da intervenção de fatores locais. O florescimento da cultura rizícola — que condiciona avassaladoramente toda a vida rural e urbana de Itumbiara — apenas encontrou no município um conjunto de potencialidades — a privilegiada posição geográfica, a base física favorável de solo e de clima, a estruturação incipiente de um sistema de produção — que se desencadearam no momento, mesmo, da introdução do novo produto agrícola.

Para o observador desavisado, que examina isoladamente, cada ângulo e cada faceta do panorama econômico e social da região, a situação atual parece altamente contraditória. De um lado ele encontra uma febril agitação de ordem comercial, mercantil, um volume de negócios extraordinariamente intenso, se se considerar o tipo comum de vida econômica do município rural no Brasil. A esse ativo tráfico centralizado na compra e venda de um único produto exportado para os mercados consumidores do Rio de Janeiro e das grandes cidades provinciais de São Paulo e do Estado do Rio, corresponde um próspero comércio ancilar, um desdobramento de uma infinidade de tarefas convergentes e dependentes da atividade principal. De outro lado, esse mesmo observador percebe o vertiginoso aumento da produção agrícola, o desbravamento e plantio de novas glebas, a chegada de torrentes ininterruptas de colonos, a concentração desusada de variada maquinaria agrícola, a intensificação das relações entre os “lavoristas” e as carteiras agrícolas das movimentadas agências bancárias.

Paralelamente a essa aparência invulgar de progresso, a essa euforia de riqueza, emergem, irreprimíveis, os sinais indisfarçáveis do subdesenvolvimento. A própria cultura do arroz, eixo de todo o sistema econômico da região, se efetua segundo processos e métodos de uma agricultura rudimentar, rotineira, predatória, anti-econômica. A concentração de máquinas agrícolas que, de certa forma, confunde a perspectiva da situação, sugerindo um aperfeiçoamento que não existe, reflete apenas um esforço para solucionar um problema mais fácil e específico. Todavia, a irrigação que corrigiria os períodos catastróficos do estio na época do “emborrachamento” do arroz e o emprego de fertilizantes que impediriam o esgotamento

rápido dos solos, nem de passagem foram cogitados. Além disso, a exaustão das glebas, pela exigência impiedosa do plantio nas bases da monocultura, já representa um elemento material e palpável no cenário da vida rural — a região oriental, a área pioneira da lavoura rizícola, se vai transmutando em região pastoril, através de um reagrupamento das propriedades e de uma reformulação do sentido da vida do campo. Entretanto, enquanto existirem territórios ainda a desbravar, terras virgens a serem ocupadas, solos a “saquear”, o problema do esgotamento do solo não se oferecerá com toda a dramaticidade necessária para obscurecer a sensação do bem-estar, de segurança, que se reflete no crescimento das safras e no aumento inflacionado dos preços de venda do arroz. Dentro desse sistema, percebe-se, então, a existência de uma estrutura agrária, em relações bem definidas com referência à posse da terra, aos arrendamentos e cessões de tratos e partes de propriedade, aos direitos e obrigações entre os indivíduos situados nas diversas posições do processo da produção, aos recursos empregados para dinamizar os períodos críticos do plantio e da safra — e ao escalonamento dos habitantes na participação das vantagens, do desaforo econômico e das condições de vida, que pareceria ao espectador impregnado de valores cosmopolitas e “humanos”, uma pressão insuportável sobre os direitos e a dignidade da pessoa humana (quando se considera a “compra” de mão-de-obra e os artifícios que são empregados para tornar o arroz um artigo rentável nos limites do preço imposto pelos atravessadores e dos custos da produção). A estrutura agrária que, para o polemista, o reformador, o propugnador de um código e de uma reforma básica no conceito da posse da terra, encerraria vícios e tremendas aberrações e exigiria uma intervenção na distribuição das glebas e no acesso comum às fontes de produção, em verdade, está indissoluvelmente ligada e delimitada pelas atividades mercantis, pelas barreiras dos mercados, pelos monopolizadores da distribuição. Nestas circunstâncias, através da manipulação de mecanismos de fixação de preços, a própria estrutura agrária é reprimida e adaptada ao sistema comercial — e dentro dos equacionamentos da produção, em confronto com a invariabilidade dos valores dos elementos que entram no custo do produto e que pertencem a um mundo de negócios e de indústrias longínquo e inatingível — e do próprio preço de venda, igualmente remoto, o único fator local e realmente alterável é a mão-de-obra — desde o peão ao proprietário — que nas proporções das disponibilidades, é obrigada a restringir, e encurtar o alcance de suas próprias necessidades de reinvestimentos e manutenção de um nível de vida “ideal”.

A margem dessa intrincada rede de interesses — que mergulha os seus extremos em Itumbiara e comércio das grandes cidades con-

sumidoras — desses fatores descontrolados de limitação e impulsão em um estonteante surto de desenvolvimento de negócios, manifestam-se aqueles índices, oferecidos pelo panorama sanitário e educacional. As informações colhidas revelam que a despeito da magnitude das somas transacionadas, do volume da produção e dos aspectos exteriores de fartura e bem-estar o município apresenta características semelhantes às regiões mais empobrecidas do Brasil. Endemias em franco alastramento, multiplicação de avitaminoses, coeficientes assustadores do registro de verminoses, alheamento dos padrões menos rigorosos de higiene preconizados pela saúde pública, índice de analfabetismo situando-se mais ou menos dentro da média do país, insuficiência de unidades escolares e de pessoal especializado, filtragem extremamente severa, especialmente de caráter financeiro, nos limites entre nível primário e o primeiro ciclo ginasial, são as impressões melancólicas que se convencionou denominar de subdesenvolvimento — que compõem o cenário para toda essa agitação agrícola e comercial. Sem dúvida, as implicações culturais e a organização econômica que colocam os habitantes de Itumbiara em posições relativas de afastamento ou aproximação com referência a padrões de uma cultura nacional, desempenham um papel importante para a configuração desse panorama. Todavia, as agências governamentais de ação, de combate sistemático — através de técnicas mais ou menos instrumentais — a esses “estigmas” de subdesenvolvimento, parecem ser os maiores responsáveis por esse estado de coisas. Em verdade, a estrutura agrária, o sistema mercantil a ela encadeado e a inércia dos órgãos governamentais constituem um conjunto inteiriço, compacto, único, característico. Essa vinculação — que de um modo geral se apresenta nas áreas rurais brasileiras — se mostra de tal forma densa e concentrada que em algumas esferas menos avisadas de reformadores da atual conjuntura nacional a associação entre estrutura agrária, latifúndio e analfabetismo, entre estrutura agrária e propagação de endemias, se processa automaticamente e exclui o latifúndio, o elemento de maior responsabilidade que é, justamente, o governo federal, estadual ou municipal.

Em resumo, o panorama oferecido pelo município de Itumbiara parece sugerir — se forem mantidas as circunstâncias atuais — a manutenção, por mais um ou dois decênios, do atual ciclo econômico.

As alterações que se processam na sua banda oriental, entretanto, prefiguram em um futuro não muito remoto, a exaustão das terras nas áreas centrais e ocidentais, o término do ciclo atual e a modificação — pelo menos periférica — das estruturas agrárias que analisamos superficialmente.

A introdução de fatores novos, a transferência da capital do país para um local que dista apenas 6 horas de automóvel da sede

do município, o funcionamento da usina de energia elétrica da Cachoeira Dourada, a abertura de novas estradas, o investimento de grandes capitais do Triângulo Mineiro e de organismos de crédito, no setor agrícola, na migração e na conservação do solo, poderão, eventualmente, situar os problemas atuais em novos termos e influir no sentido imprimido à evolução das condições atuais.

A recomposição dessa conjuntura, assim, depende da intensidade e da constância de ação dos novos componentes.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS

Publicação da Universidade Federal de Minas Gerais

Diretor: Orlando M. Carvalho

Preço do exemplar:	Cr\$ 20,00
Assinatura anual	Cr\$ 40,00
Assinatura anual:	Cr\$ 40,00

Faculdade de Direito da U.F.M.G. — Avenida Álvares Cabral, 211
Sala 1 206 — Caixa Postal, 1 301 — 30000 Belo Horizonte
Minas Gerais — Brasil
